

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO DE MESTRADO

ALLANE MAGDA BEZERRA DE MELO DA SILVEIRA

**INTERSECCIONALIDADES NO FEMINISMO NA INTERNET:
analisando o blog Blogueiras Feministas**

Recife
2018

ALLANE MAGDA BEZERRA DE MELO DA SILVEIRA

**INTERSECCIONALIDADES NO FEMINISMO NA INTERNET:
analisando o blog Blogueiras Feministas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Karla Galvão Adrião

Recife
2018

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

S587i Silveira, Allane Magda Bezerra de Melo.
 Interseccionalidades no feminismo na Internet : analisando o Blog Blogueiras
 Feministas / Allane Magda Bezerra de Melo. – 2018.
 75 f. : il. ; 30 cm.

 Orientadora: Prof^a. Dr^a. Karla Galvão Adrião.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
 Programa de Pós-graduação em Psicologia, Recife, 2018.
 Inclui referências.

 1. Psicologia. 2. Feminismo. 3. Internet. 4. Blogs. I. Adrião, Karla Galvão
 (Orientadora). II. Título

150 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2019-037)

ALLANE MAGDA BEZERRA DE MELO DA SILVEIRA

**INTERSECCIONALIDADES NO FEMINISMO NA INTERNET:
analisando o blog Blogueiras Feministas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Psicologia.

Aprovada em: 29/08/2018

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Karla Galvão Adrião (Orientadora)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a Dr.^a Soraya Barreto Januário (Examinadora Interna)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a Dr.^a Letícia Cardoso Barreto (Examinadora Externa)

Universidade Federal de Minas Gerais

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho de pesquisa não seria possível sem a ajuda, o companheirismo e o incentivo de muitas pessoas. Família, amigas, orientadora, colegas de turma, professores e funcionários do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFPE foram, cada uma e cada um, em vários momentos, alicerces do complexo processo de estar e ser “pesquisadora”.

Algumas pessoas, no entanto, marcaram mais intensamente a sua presença nesse percurso. A estas pessoas, especialmente, devo a conclusão da minha dissertação:

Agradeço a minha mãe, Eulália, por ser sempre um respiro espirituoso, ser colo, consolo e aconchego.

Sou muito grata a minha orientadora, Karla, por sua compreensão, suporte e acompanhamento sensíveis. Agradeço-a, especialmente, pelos enormes incentivos na reta final.

A Mari sou grata imensa por ter me sido uma irmã e ter compartilhado comigo aflições e esperanças.

A Rafa, minha bruxinha e amuleto, agradeço por ser inspiração, intuição e proteção.

Agradeço a João e Werik, sinônimos de apoio sempre que necessário.

RESUMO

A presente dissertação apresenta a pesquisa de mestrado intitulada “Interseccionalidade no Feminismo na Internet: Uma Análise do Blog Blogueiras Feministas”. A partir da necessidade de se compreender o lugar da internet na produção e construção de diferentes conhecimentos dos e sobre os feminismos, o trabalho analisa como as várias autoras que colaboram no blog com suas postagens interpretam a categoria interseccionalidade ao longo de sete anos de produção. A análise foi realizada através de aportes teóricos de autoras feministas que utilizam perspectivas interseccionais e/ou lançam mão da articulação/intersecção de opressões/ diferenciações sociais para interpretação de diferentes realidades. A partir dos textos alinhados a perspectivas interseccionais, por meio de uma perspectiva qualitativa e através de análise temática, as categorias são identificadas nas postagens e compreendidas, sendo articuladas com outras categorias. A análise identificou que os elementos acionados pelas autoras para dar sentido à ideia de interseccionalidade estão relacionados a abordagens que integram, principalmente, a questão da disputa de pautas entre os diversos sujeitos do feminismo e a crítica antirracista e decolonial à perspectiva do feminismo branco.

Palavras-chave: Feminismos. Internet. Interseccionalidade. Sujeitos do Feminismo.

ABSTRACT

The present dissertation presents the master research titled "Intersectionality in Feminism on the Internet: An Analysis of Blog Blogueiras Feministas". Based on the need to understand the place of the internet in the production and construction of different knowledge of and about feminisms, the paper analyzes how the various authors who collaborate on the blog with their posts interpret the intersectionality category over seven years of production. The analysis was carried out through the theoretical contributions of feminist authors who use intersectional perspectives and / or use the articulation / intersection of social oppression / differentiation to interpret different realities. From the texts aligned to intersectional perspectives, through a qualitative perspective and through thematic analysis, the categories are identified in the posts and understood, being articulated with other categories. The analysis identified that the elements used by the authors to give meaning to the idea of intersectionality are related to approaches that mainly integrate the issue of the dispute between the various subjects of feminism and the antiracist and decolonial criticism to the perspective of white feminism.

Keywords: Feminisms. Internet. Intersectionality. Subjects of Feminism.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	OBJETIVOS	16
2.1	OBJETIVO GERAL	16
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	16
3	MARCO TEÓRICO	17
3.1	O CIBERESPAÇO COMO CAMPO E FERRAMENTA PARA OS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	17
3.2	INTERNET E FEMINISMO	20
3.3	PERSPECTIVAS INTERSECCIONAIS NO FEMINISMO.....	26
4	METODOLOGIA.....	30
4.1	A PESQUISA QUALITATIVA E AS EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS	30
4.2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	34
4.2.1	Do Objeto.....	36
4.2.2	Perspectiva Analítica.....	39
4.2.3	Corpus Analítico.....	40
5	ANÁLISE.....	42
5.1	INTERSECCIONALIDADE COMO UMA FERRAMENTA DE VISIBILIDADE DA PERSPECTIVA RACIAL.....	42
5.2	INTERSECCIONALIDADE COMO INSTRUMENTO DE VISIBILIDADE DOS SUJEITOS DO FEMINISMO.....	48
5.3	INTERSECCIONALIDADE COMO CATALISADOR DE UM FEMINISMO DECOLONIAL	56
5.4	INTERSECCIONALIDADE COMO POSSIBILIDADE DE UM FEMINISMO DA DIFERENÇA	63
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
	REFERÊNCIAS.....	71

1 INTRODUÇÃO

Há na internet, especificamente, nas redes sociais e blogs, um significativo número de mulheres que se autodeclaram feministas. Muitas delas, através da produção de conteúdo disponibilizado e compartilhado na rede, atraem a atenção de milhares de seguidores nas mídias sociais e alimentam uma discussão colaborativa com um público de seguidores bastante interativo. Por meio de blogs, sites, perfis de *Facebook*, contas de *Twitter* e *Tumblr*, dentre outras plataformas, elas utilizam as novas possibilidades da produção e circulação de conteúdo na internet para tocar em questões relacionadas a gênero, raça, classe e feminismos.

Reconheço, na internet, uma possibilidade para a produção e difusão de conhecimentos e produções relacionadas aos movimentos feministas e um espaço, relativamente, aberto à construção de discursos e ideias acerca dos diversos sujeitos dos feminismos e do que é ser mulher hoje. Porém, há como afirmar que o conteúdo feminista encontrado na internet brasileira, atualmente, é capaz de, em suas análises, articular diferentes tipos de opressões ou experiências como as de gênero, raça e classe?

A partir da compreensão da necessidade de se localizar, atualmente, o lugar da internet na construção dos diversos conhecimentos nos feminismos, proponho-me a analisar o blog *Blogueiras Feministas*, por meio das postagens de suas autoras. Vou procurar compreender a forma como é articulada, nos textos, a categoria gênero em relação a outras diferenciações, como raça e classe, pelo prisma da categoria de análise interseccionalidade. A perspectiva interseccional é relativamente recente no Brasil em se tratando de produção feminista na internet. O *Blogueiras Feministas*, no entanto, reivindica, já em sua linha editorial, esse tipo de análise.

A definição pelo blog foi feita via observação da sua trajetória. Ao longo de seus sete anos de existência, o *Blogueiras Feministas* vem acompanhando pautas importantes e atuais do feminismo de maneira consistente e regular, com intensa colaboração de mulheres de vários perfis e produção de um rico conteúdo informativo e reflexivo. Por outro lado, a opção por analisar, especificamente, a forma como as autoras articulam a categoria interseccionalidade parece-me uma oportunidade de verificar como estão sendo abordadas questões centrais para os feminismos hoje. A produção de uma análise dos diferentes contextos sociais através de uma perspectiva interseccional é uma pauta importante e valorizada pelos feminismos atualmente. Ao mesmo tempo, essa produção pode expressar, no caso do blog, uma síntese de várias questões emergentes para o movimento de mulheres no

atual cenário político brasileiro de intenso ataques aos direitos conquistados via constituição de 1988.

Pretendo compreender, dessa forma, como os textos produzidos pelo blog Blogueiras Feministas realiza essa abordagem interseccional ou analisa diferentes formas de opressão/categorias em suas análises. Para isso, vou relacionar a produção do blog a algumas perspectivas feministas que procuram realizar uma articulação das diversas formas de diferenciação e de opressões, principalmente, aquelas relacionadas a classe, gênero e raça.

Para analisar como se dá a dinâmica do Blogueiras Feministas na produção de conteúdo que aborde diferentes tipos de opressão, vou empreender a leitura dos textos postados através do blog ao longo dos seus sete anos de produção. A ideia é tentar identificar quais são as postagens que apresentam temas em que podemos observar uma compreensão da interseccionalidade da categoria gênero com, pelo menos, uma outra categoria, como raça, tendo em vista que a categoria raça tensionou e trouxe a necessidade da própria criação do conceito de interseccionalidade. A partir da identificação de textos categorizados como alinhados a uma perspectiva interseccional, pretendo compreender os elementos os quais as autoras lançam mão para relacionar essas diferenciações.

A presente pesquisa está atravessada por uma perspectiva alinhada a leituras sobre epistemologias feministas, como os apresentados nos textos de Sandra Harding (1993) e Donna Haraway (1995). Nesse sentido, faz-se necessário localizar a minha fala diante do meu campo de estudo e contar um pouco de como se origina a minha aproximação com o tema. Começo por situar a minha fala como mulher cisgênero, branca, de classe média e heterossexual, que teve, assim, acesso a privilégios inacessíveis à maior parte da população brasileira. É preciso dizer que o olhar sobre o objeto que busco analisar está, necessariamente, atravessado por uma perspectiva de alguém que teve acesso à educação formal de qualidade e à universidade pública, dentre outros privilégios reservados a poucos – um deles, a disponibilidade para me dedicar a atividades intelectuais, além da possibilidade de acesso à internet de banda larga desde o final da adolescência.

Graduei-me em Comunicação Social – Jornalismo e atuo na área de assessoria de comunicação, o que me proporciona familiaridade com o universo da internet e das redes sociais. Em relação ao tema, sempre tive, mais marcadamente a partir da adolescência, muito interesse pela discussão feminista. Porém foi através da internet que comecei a me aproximar das inúmeras perspectivas e debates sobre o movimento que vêm crescendo entre as mulheres jovens principalmente.

Comecei, por volta de 2010, a participar de grupos de *Facebook* que tematizavam discussões sobre o sexismo, os quais podiam incluir apenas mulheres ou também homens. Eram ambientes, que antes e ainda hoje, interpreto, como permeáveis ao intercâmbio de informações, à troca de impressões sobre temas da atualidade e à circulação de *hiperlinks* com textos, notícias e fatos ligados a diversos assuntos relacionados ao machismo. Via de regra, esses compartilhamentos estavam, diretamente, ligados aos objetivos dos grupos, quais sejam, discutir opressões de gênero enfrentadas por mulheres e homens. As notícias e textos compartilhados remetiam tanto a acontecimentos ocorridos no Brasil como no exterior e podiam envolver a realidade de mulheres de várias faixas etárias e realidades socioeconômicas (violência doméstica, sexual e direito ao aborto, por exemplo).

A partir da dinâmica acima descrita, por meio do compartilhamento de *hiperlinks* de *sites*, descobri blogs voltados, especificamente, a temáticas feministas. Através desses grupos e do acesso a esses blogs, tomei conhecimento de discussões relacionadas, principalmente, a temas tidos como polêmicos dentro do próprio movimento feminista, como a questão dos seus novos sujeitos (pessoas trans e homens cis), da prostituição e das diferentes abordagens dentro do movimento (transfeminismo, feminismo radical, feminismo negro). Também fui apresentada a alguns conceitos “importados”, trazidos de discussões originadas, principalmente, da realidade estadunidense (*mansplaining*, *gaslighting*, dentre outros).

Desde minha inserção nesse universo digital, ou seja, de 2010 até hoje, muitos dos grupos de *Facebook* criados com o objetivo de trocar ideias sobre feminismo foram desativados e iniciativas coletivas ou individuais relacionadas a blogs, descontinuadas. No entanto, surgiram novos espaços e atores, inseridos nas mesmas plataformas virtuais, que continuam sendo utilizadas para discussão de denúncias e acontecimentos que tensionam nossas percepções sobre o que é ser mulher no século XXI. Os blogs, páginas e grupos de *Facebook* ainda são bastante utilizados para divulgação de conteúdos feministas e para a organização de eventos e exercício de solidariedade entre mulheres.

Há alguns anos, portanto, através da minha própria experiência e observação, pude perceber como a internet se tornou um ambiente fértil para a amplificação do debate feminista, o qual, antes, era construído, quase que, exclusivamente, em espaços de militância ou dentro da academia. Esse atual fenômeno de “massificação” coloca o feminismo no centro do debate público hoje e confere ao mesmo a possibilidade de alcance de um número cada vez maior de pessoas. Paralelamente à minha vivência virtual, busquei me inserir em ambientes voltados à formação e discussão fora do universo cibernético. Comecei, então, a frequentar debates e cursos oferecidos pela organização não governamental feminista do Recife, SOS

Corpo, por programas de pós-graduação e grupos de pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e também a participar de disciplinas voltadas ao debate de gênero e teorias feministas, a fim de entrar em contato com a produção de conhecimento acadêmica e sistematizada sobre os referidos temas.

Inicialmente, a minha pesquisa pretendia abordar a produção na internet pelo viés de algumas perspectivas feministas a partir de perfis pessoais mantidos em redes sociais por mulheres identificadas com correntes feministas diversas. As perspectivas abrangiam o feminismo negro, o feminismo trans e o feminismo materialista. Porém, no decorrer das orientações no mestrado e das minhas próprias reflexões a partir de leituras e de acesso ao material disponível nas redes sociais, eu compreendi que o meu trabalho de pesquisa poderia ser mais aprofundado se eu optasse por analisar um tipo de produção mais organizada e com conteúdo mais coeso, como um blog.

A partir da escolha de um novo objeto, voltei a minha atenção para um blog específico, o Blogueiras Negras. O referido blog foi criado após uma campanha bem sucedida de postagens múltiplas em blogs e plataformas variadas. A campanha direcionava as postagens para o tema do Dia da Consciência Negra e Dia Internacional de Combate à Violência contra as Mulheres. A postagem coletiva mostrou-se muito produtiva e, a partir dessa experiência, nasceu o projeto do Blogueiras Negras em 2012.

Tendo acompanhado o intenso e rico trabalho realizado pelas mulheres que compõem o projeto, interessei-me por pesquisá-lo. Considerava-o, e ainda o considero extremamente inovador e emblemático por trazer pautas feministas pelo viés da perspectiva e experiência de mulheres negras, colocando em evidência temas, até então, pouco populares na internet. Com o objetivo de iniciar o processo de interlocução com as mulheres que produziam o blog, e sabendo da delicada posição que me encontrava como pesquisadora branca que se propunha a estudar a produção de mulheres negras, entrei em contato com uma das organizadoras do Blogueiras Negras para conversarmos sobre a possibilidade de eu vir a pesquisar o conteúdo do blog. Como eu tinha compreendido, já naquele momento, que pesquisar a produção tanto de mulheres negras quanto de pessoas trans envolvia questões delicadas e alguns cuidados, compromissos e inclusive consentimentos, sabia que poderia encontrar algumas dificuldades.

A resposta obtida no primeiro contato foi negativa. Não me foi permitido iniciar a pesquisa pois a coordenação do blog não autorizou qualquer uso do conteúdo do mesmo para qualquer tipo de pesquisa. A coordenadora agradeceu o meu interesse, contudo informou que não seria permitido nenhum uso do material, ainda que para fins acadêmicos. A negativa foi seguida de uma explicação que se baseava, principalmente, no respeito ao trabalho das

mulheres que produziam o blog e a restrição se estendia a qualquer pesquisadora à época, inclusive se mulher negra. Porém, como eu era uma pesquisadora branca, o contexto se tornava ainda mais complicado, pois o estudo, ainda que realizado em espaço acadêmico e com boas intenções, incorreria numa “manipulação simbólica das existências das mulheres negras”, contra a qual o blog tanto lutava.

Uma questão que foi colocada pela coordenadora é que, frequentemente, o blog servia como material de pesquisa, porém sem haver nenhum tipo de contato com as mulheres que faziam o blog por parte de quem o pesquisava. Isso tornava as mulheres que produziam os textos (mulheres negras), mais uma vez, um alvo fácil e acessível de pesquisa e reforçava uma relação de observador e objeto entre as duas partes, que muitas vezes não respeitava o trabalho das mulheres e que, inclusive, manipulava a realidade. Ao mesmo tempo, a coordenadora do blog lembrou como os espaços acadêmicos se encontravam interditados para as mulheres negras periféricas quando essas não eram apenas o objeto de estudo.

Após receber esse retorno negativo, que era reforçado pela minha condição de mulher branca, eu respondi que compreendia a negativa e respeitei completamente o referido ponto de vista. No entanto, para mim, esse contato e essa resposta tornaram-se um divisor de águas no meu projeto de pesquisa. Embora compreendesse completamente os argumentos, a interdição de pesquisar o blog engatilhou em mim alguns questionamentos sobre o meu próprio lugar de fala na pesquisa e o propósito da mesma. Naquele momento, tanto dentro da academia e do mestrado, quanto fora, em contextos de militância, tornava-se para mim, pessoalmente, mais crítico meu olhar sobre a legitimidade de estar pesquisando feminismo negro. À época, tornava-se mais intenso e popular o debate sobre a apropriação da cultura negra pelas pessoas brancas e uma crítica forte se formava com relação aos espaços intelectuais, tanto acadêmicos quanto culturais, no que diz respeito a falta de representação de pessoas negras.

Paralelamente a esse processo, passei também por momentos de tensionamentos diversos por ter optado por pesquisar uma espécie de militância quase que restrita à internet. Os questionamentos variavam desde se a produção na internet sobre conteúdo feminista poderia ser considerada realmente um tipo de militância, até os limites do seu alcance, principalmente, entre mulheres periféricas. Então, por algum tempo, eu própria, frente a tantos questionamentos externos, interroguei-me sobre a importância da minha pesquisa e a validade das minhas proposições. O contexto político dos anos em que estive no mestrado contribuíram fortemente para também desestabilizar certezas e deslocar perspectivas. Foram os anos do golpe ao mandato da presidente Dilma Rousseff e de intensos ataques a direitos adquiridos ou

fortalecidos nos anos anteriores, por meio da Constituição de 1988 e durante o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) – politicamente um momento de muita instabilidade e tensionamentos dentro e fora dos movimentos sociais.

Impossível para mim, nesses anos, como trabalhadora e militante sindical pela minha categoria, estar à parte do que ocorria, principalmente por integrar uma linha de um programa de pós-graduação historicamente comprometido politicamente. Ao mesmo tempo em que levava a pesquisa e meus questionamentos quanto ao meu objeto e ao meu papel como pesquisadora, mantinha minha participação em ações sindicais. Foram anos de intensa demanda por parte de todas as esferas da vida. A lida contínua de demandas institucionais que se impunham na academia – de isolamento e foco no projeto de pesquisa, na qualificação e durante a escrita da dissertação – caminhavam paralelamente aos chamados políticos de reuniões, atos, manifestos e construção de resistências frente a incertezas sobre o futuro político do país e sobre o meu próprio como trabalhadora.

No meio de todo esse turbilhão de acontecimentos, com a impossibilidade de analisar o Blogueiras Negras, felizmente, chamou-me a atenção durante a disciplina Estudos de Gênero e Feminismo, ministrada pela minha orientadora Karla Galvão, a perspectiva de me debruçar sobre abordagens interseccionais. Foi quando voltei o meu olhar para o Blogueiras Feministas, que era, até então, o blog com maior produção de conteúdo na internet brasileira sobre temáticas feministas. Compreendi que as perspectivas do feminismo negro estariam inseridas, necessariamente, no prisma da interseccionalidade e contribuiria, indubitavelmente, para a construção da pesquisa, deixando, no entanto, de ser o foco principal. Dessa forma, optei por tomar um caminho que considere mais conciliatório com o que eu acreditava ser importante visibilizar e perscrutar nas discussões atuais sobre feminismo e que não fosse interpretado como qualquer forma de apropriação ou oportunismo acadêmico. Escolhi estudar a interseccionalidade a partir de textos produzidos no Blogueiras Feministas pois considerei que a ideia estava sendo debatida e chamava a atenção para questões que envolviam diversos tipos de opressões. Essa perspectiva também ia ao encontro do que eu compreendia ser necessário de se enxergar no momento: formas de conciliação entre as várias militâncias e olhares feministas em torno de objetivos comuns.

Tendo feito essa opção, passei a realizar uma pesquisa sobre o que havia a respeito do tema em sites de artigos científicos. Ao realizar buscas no Scientific Eletronic Library Online (SciELO) com as palavras-chave “feminismo”, “internet”, “Facebook”, “blog”, “redes sociais”, “ciberfeminismo”, “web” – combinadas de diferentes formas – encontrei poucos resultados; apenas cinco, realmente, tratavam dos temas referidos. Dentre eles, está o trabalho intitulado

“Os memes no ativismo feminista na Rede. #ViajoSola como exemplo de mobilização transnacional”, publicado em 2016 por Teresa Piñeiro-Otero e Xabier Martínez-Rolán, pesquisadores da área de comunicação na Espanha. Sua metodologia é o estudo de caso cruzado com métodos qualitativos como análise documental, etnografia digital e análise crítica do discurso.

Outro artigo que surge via buscador é “Uma questão de gênero: ofensas de leitores à Dilma Rousseff no Facebook da Folha”, publicado em 2016 por duas pesquisadoras vinculadas à área de comunicação, que se utilizam de análise de discurso de linha francesa (AD) em sua metodologia. O terceiro trabalho apresentando pela plataforma é “A Militância Feminista na Web: O Funcionamento da Argumentação em Discursos Sobre a Violência no Parto”, publicado em 2016 por Aline Fernandes de Azevedo Bocchi, pesquisadora da área de linguística, que utiliza a análise de discurso como método. O quarto artigo é “O Ciborgue Zapatista: tecendo a poética virtual de resistência no Chiapas cibernético”, publicado em 2002 na Revista Estudos Feministas. Trata-se de uma versão traduzida de um artigo de Sarah Grussing Abdel-Moneim. A autora utiliza uma leitura feminista baseada em teorias pós-modernas sobre a relação entre corpo humano e tecnologias cibernéticas. Por fim, temos “Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo”, publicado em 2015 por Carolina Branco de Castro Ferreira, pesquisadora da área de Ciências Sociais, que utiliza a etnografia como metodologia. O artigo de Ferreira (2015) é, inclusive, um dos trabalhos que inspira esta pesquisa.

Interessante notar que a maioria dos trabalhos foi publicada num espaço de menos de dois anos, o que demonstra o interesse relativamente recente nos temas. Diferentemente do que ocorre no Scielo, na busca realizada através do Google Acadêmico, encontramos 19.400 resultados com as palavras-chave “feminismo” e “internet”. No entanto, as ocorrências diminuem para 1060 se restringirmos para os termos “feminismo”, “internet” e “interseccionalidade”. Ao realizar uma busca através da menção ao Blogueiras Feministas no título do trabalho, fui apresentada a uma amostra de apenas cinco trabalhos.

Não encontrei muitas pesquisas cujo objeto de estudo é a produção feminista na internet, tampouco que, ao mesmo tempo, utilizassem uma perspectiva analítica originada das próprias teorias feministas. Por outro lado, não observei muitos exemplos de trabalhos que têm como objetivo analisar a produção de análises interseccionais nos textos produzidos através das redes sociais e blogs na internet.

Dessa forma, entendo que meu trabalho pode ser importante no sentido de complementar o debate existente acerca do tipo de material que está sendo produzido na

internet sobre o campo feminista (ADRIÃO, 2008). Por outro lado, tenho a expectativa de conseguir realizar uma análise sobre a discussão de interseccionalidades de opressões no Brasil, através dessa mesma produção virtual, que de alguma maneira possa enriquecer as reflexões sobre as perspectivas feministas interseccionais.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar o blog Blogueiras Feministas, por meio de suas postagens, a fim de compreender de que maneira as suas autoras articulam a categoria interseccionalidade com outras categorias.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar textos do blog Blogueiras Feministas em relação a perspectivas interseccionais do feminismo;
- Descrever e analisar categorias que aparecem nos textos e de que maneira elas são articuladas;
- Investigar, nesses textos, como essas categorias são operacionalizadas a partir de referenciais teóricos feministas interseccionais.

3 MARCO TEÓRICO

Neste capítulo, discuto como a internet pode ser lida como um espaço de disputa política e de organização em rede, na atualidade, para articulação dos movimentos sociais em busca de objetivos concretos de emancipação. Também demonstro, através de fenômenos recentes ocorridos dentro da sociedade brasileira, como, no caso do movimento feminista, a internet tem tido um protagonismo grande no debate sobre temas relacionados a direitos das mulheres e formas de organização política em rede e nas ruas. Por fim, transcorro como, no campo feminista, a categoria de análise interseccionalidade é definida por diferentes autoras, em perspectivas diversas, que, longe de esgotarem o tema, apontam para um debate amplo que ainda está em processo de construção.

3.1 O CIBERESPAÇO COMO CAMPO E FERRAMENTA PARA OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Embora não seja o intuito desta pesquisa se estender sobre as questões técnicas que constituíram a formação do ciberespaço, faz-se necessário desenhar algumas breves explicações sobre sua trajetória. Tentarei esboçar um histórico de como os usos do computador e da internet foram e são transformados, desde o seu surgimento, e como as diferentes formas de utilização desse espaço foram condicionadas e tiveram repercussões nos movimentos sociais. A história dos primeiros computadores remonta à década de 1940 com a criação das calculadoras programáveis de uso militar para cálculos científicos. À época, ainda que se previsse a evolução técnica daquelas máquinas, não se imaginava a influência que teriam nas relações sociais nas décadas posteriores (LEVY, 1999, p. 31).

É apenas na década de 1970 que haverá uma transformação dos usos e aplicações para as quais o computador estava sendo pensado até então. A criação do microprocessador permitiu, principalmente, à indústria e a setores de serviços desenvolver a sua capacidade de gerenciamento. Esse fenômeno foi acompanhado da automação da produção, aplicação da robótica e de máquinas industriais controladas digitalmente. Ao mesmo tempo, surge na Califórnia o computador pessoal, que inicia um novo rumo para os usos da informática comercial. Ele passa a ser utilizado, paulatinamente, como instrumento de diversão e criação para um número crescente da população (ibidem, p. 32). Um movimento nascido na Califórnia denominado *Computers for the People* é o responsável por colocar os computadores nas mãos das “pessoas comuns”. Um dos seus ideais é a liberação dos

indivíduos da dependência dos profissionais de tecnologia da informação. Esse movimento teve como consequência, no final dos anos 70, a redução dos preços dos computadores e seu acesso por curiosos e pessoas físicas, o que viria a transformar a informática como havia sido pensada até então (ibidem, p.127).

Essa pequena genealogia explica um pouco por que o ciberespaço, a tecnologia ou a internet – isto é, a técnica e o meio – não são criações autônomas, sem relação com seus criadores: as pessoas. Por outro lado, a tecnologia não pode ser encarada como uma entidade passiva, apenas instrumento e meio dos fenômenos sociais. As tecnologias integram a cultura e são produto dela ao mesmo tempo, o que significa dizer que são informadas por projetos políticos e representam relações de força de determinada época e lugar (LEVY, 1999).

Para Levy (1999), “por trás das técnicas agem e reagem ideias, projetos sociais, utopias, interesses econômicos, estratégias de poder (...). Portanto, qualquer atribuição de um sentido à técnica só pode ser dúbia” (ibidem, p .24). De fato, as tecnologias do ciberespaço são, frequentemente, apropriadas por políticas de controle e vigilância e servem a projetos pouco afinados com ideais democráticos e de liberdade:

O desenvolvimento das cibertecnologias é encorajado por Estados que perseguem a potência, em geral, e a supremacia militar em particular. É também uma das grandes questões da competição econômica mundial entre firmas gigantes da eletrônica e do software, entre os grandes conjuntos geopolíticos. Mas também responde aos propósitos de desenvolvedores e usuários que procuram aumentar a autonomia dos indivíduos e multiplicar suas faculdades cognitivas. Encarna, por fim, o ideal de cientistas, de artistas, de gerentes ou de ativistas da rede que desejam melhorar a colaboração entre as pessoas, que exploram e dão vida a diferentes formas de inteligência coletiva e distribuída. (ibidem)

Tais modelos e usos diversos das cibertecnologias não só são, muitas vezes, contraditórios e entram em conflito entre si, como também se retroalimentam. Retomando o exemplo do movimento *Computers for the People*, Levy (1999) explica que, embora a ideia original do grupo tenha sido apropriada pela indústria, essa mesma indústria acabou por concretizar os objetivos daquele movimento:

Ressalteemos que a informática pessoal não foi decidida, e muito menos prevista, por qualquer governo, ou multinacional poderosa. Seu inventor e principal motor foi um movimento social visando a reapropriação em favor dos indivíduos de uma potência técnica que até então havia sido monopolizada por grandes instituições burocráticas. (ibidem, p.127)

O ciberespaço se proliferou a partir da iniciativa, em sua maioria, de anônimos e amadores, que estariam, fundamentalmente, focados em desenvolver melhorias nas ferramentas de software de comunicação. Isso significa dizer que o crescimento e o desenvolvimento dos usos da internet não estiveram nas mãos de celebridades, chefes de governo ou grandes empresários, como vai nos explicar Levy (1999): “a Internet é um dos mais fantásticos exemplos de construção cooperativa internacional, a expressão técnica de um movimento que começou por baixo, constantemente alimentado por uma multiplicidade de iniciativas locais” (ibidem, p. 128).

Partindo da década de 70, sob os resgates históricos que Levy nos apresenta, voltamos os olhos para alguns acontecimentos políticos ocorridos nos últimos anos, através da ótica de Castells (2014) em sua obra “Redes de Indignação e Esperança”. Em um curto espaço de tempo, tivemos grandes exemplos da imbricação evidente entre movimentos sociais e o ciberespaço, a partir de 2010, com protestos forjados em todo o mundo. São exemplos a Primavera Árabe, os protestos de oposição ao governo no Egito, Tunísia e em outros países do Oriente Médio ou contrários às políticas econômicas restritivas na Islândia e os Indignados na Espanha, além dos movimentos Occupy no Estados Unidos. Esses movimentos foram fortemente influenciados por uma crise econômica estrutural com origem no colapso financeiro de 2008, que atingiu a Europa e os Estados Unidos e colocou em xeque as diretrizes econômicas de vários governos e países, ameaçando, principalmente, o estado de bem-estar social mantido há décadas em vários estados daquele continente (CASTELLS, 2014, p. 163).

Para Castells (2014), tais movimentos sociais que se apresentaram ao mundo nos últimos anos demonstram algumas características em comum. Eles mantêm conexões em rede e lançam mão de variadas ferramentas, como celulares e redes sociais on-line e off-line:

Nos últimos anos, a comunicação em ampla escala tem passado por profunda transformação tecnológica e organizacional, com a emergência do que denominei de autocomunicação de massa, baseada em redes horizontais de comunicação multidirecional, interativa, na internet; e, mais ainda, nas redes de comunicação sem fio, atualmente a principal plataforma de comunicação em toda a parte. (ibidem)

Esses movimentos guardam uma estrutura descentralizada e, embora baseiem suas ações, majoritariamente, em espaços urbanos (no caso dos movimentos analisados pelo autor), sua existência está intensamente vinculada ao espaço da internet. Não há uma liderança formal nem uma organização vertical. Não existe um centro a coordenar e deliberar ações,

embora se construam funções estabelecidas através de uma rede a unir vários núcleos. Esse tipo de estrutura – sem hierarquias, descentralizada, sem fronteiras, constituída em redes abertas – aumenta as chances de participação e adesão ao movimento e minimiza as ameaças de repressão, com exceção das ocupações físicas (CASTELLS, 2014).

Tais movimentos são, ao mesmo, tempo locais e globais. Pois, apesar de serem engendrados em contextos específicos e construírem suas próprias conexões nos espaços públicos de origem, são conectados com o mundo inteiro. Através de um debate mantido na internet, vão, muitas vezes, provocar a participação conjunta e simultânea de manifestações em um nível global (ibidem). A Marcha das Vadias é um exemplo dessa experiência. Para destacar outro movimento ainda mais recente: as manifestações forjadas em 2017, no 8 de março, Dia Internacional da Mulher, ilustram ainda mais esse perfil global e local. Nesse sentido, a comunicação exerce uma função essencial, tanto na construção quanto na prática dos movimentos sociais. Assim:

Há uma íntima conexão entre as redes virtuais e as redes da vida em geral. O mundo real em nossa época é um mundo híbrido, não um mundo virtual nem um mundo segregado que separaria a conexão on-line da interação off-line. E é nesse mundo que os movimentos sociais em rede vieram à luz, numa transição – natural, para muitos indivíduos – do compartilhamento de sua sociabilidade para o compartilhamento de sua indignação, de sua esperança e de sua luta. (CASTELLS, 2014, p. 173-174)

Um exemplo de articulação entre os movimentos sociais e o ciberespaço, para usar um fenômeno local, é o Movimento #OcupeEstelita, no Recife, que articula uma produção de farto conteúdo informativo nas redes sociais (tanto audiovisual quanto textual) com a organização de eventos, debates, ocupações e ações coletivas, de caráter colaborativo.

3.2 INTERNET E FEMINISMO

A internet é, na atualidade, uma ferramenta útil para reorganizar a natureza dos fluxos de produção e circulação de informações e para conectar os indivíduos em rede (LEVY, 1999). Capaz de complexificar as funções de emissão e recepção de conteúdo, ela estabelece uma ruptura com formas centralizadas de transmissão de informação – ligadas a meios tradicionais, como televisão, rádio, grandes jornais, etc. – e permite a diferentes usuários – com variedade social, racial, regional, geracional, de renda, gênero, etc. – produzir conteúdo e fazê-lo chegar até outros membros da rede.

Em especial, as redes sociais e os blogs caracterizam-se como importantes ferramentas de comunicação, sendo um espaço inegável de participação e repercussão no debate público e político. Em relação à discussão sobre o feminismo, na atualidade, a internet tem ocupado espaço central na divulgação de várias visões, tendo em vista o crescente número de blogs, perfis, página e grupos criados na internet com esse intuito.

Como meios que permitem maior fluidez dos espaços de visibilidade e interação entre usuários, as redes sociais e os blogs apresentam uma dinâmica própria. No entanto, já não podemos considerar a noção de ciberespaço como um mundo à parte, que já não tem correspondência com a realidade (SHIRKY, 2011, p. 36):

A antiga visão da rede como um espaço separado, um ciberespaço desvinculado do mundo real, foi um acaso na história. Na época em que a população online era pequena, a maioria das pessoas que você conhecia na vida diária não fazia parte dela. Agora que computadores e telefones cada vez mais computadorizados foram amplamente adotados, toda noção de ciberespaço está começando a desaparecer. Nossas ferramentas de mídias social não são uma alternativa para a vida real, são parte dela. E, sobretudo, tornam-se cada vez mais os instrumentos coordenadores de eventos no mundo físico. (Ibidem, p.37)

A internet é um espaço de importância indiscutível para a disseminação de discussões públicas na atualidade, assim como para a construção e disputa de sentidos dos movimentos políticos e sociais que visam à emancipação coletiva.

Historicamente, os movimentos sociais dependem da existência de mecanismos de comunicação específicos: boatos, sermões, panfletos e manifestos passados de pessoa a pessoa, a partir do púlpito, da imprensa ou por qualquer meio de comunicação disponível. Em nossa época, as redes digitais, multimodais, de comunicação horizontal são os veículos mais rápidos e mais autônomos, interativos, reprogramáveis e amplificadores de toda a história (CASTELLS, 2014, p.25)

Nesse meio virtual, diversos grupos minoritários, dentre eles o de mulheres, têm procurado criar espaços para a divulgação de suas ideias. Nesse sentido, observamos uma constante emergência de novos atores no movimento feminista de internet, que passaram a reivindicar reconhecimento para grupos específicos. O papel colaborativo e integrado das redes sociais tem uma influência decisiva. Segundo Castells (2014):

Envolvendo-se na produção de mensagens nos meios de comunicação de massa e desenvolvendo redes autônomas de comunicação horizontal, os cidadãos da era da informação tornam-se capazes de inventar novos

programas para suas vidas com as matérias primas de seu sofrimento, suas lágrimas, seus sonhos e esperanças. Elaboram seus projetos compartilhando sua experiência. Subvertem a prática da comunicação tal como usualmente se dá ocupando o veículo e criando a mensagem. Superam a impotência de seu desespero solitário colocando em rede seu desejo. Lutam contra os poderes constituídos identificando as redes que os constituem. (ibidem, p.18)

“O pessoal é político”, frase que sintetiza uma das reivindicações mais caras ao feminismo – a de que as experiências vivenciadas no espaço privado e doméstico precisam ser levadas em conta nos estudos e ações políticas que visam à emancipação das mulheres – explica por que, nesse espaço virtual de construção e disputa de sentidos do feminismo, as experiências pessoais compartilhadas são tão valorizadas.

Especificamente, as ideias feministas ganharam, na última década um grande espaço de visibilidade na rede. O papel da internet na atual discussão de temas relacionados aos direitos das mulheres e aos diversos feminismos no Brasil vem se mostrando especialmente destacado desde 2015. O feminismo virou tema de inúmeras campanhas de internet, páginas e blogs, declaradamente voltados ao feminismo. São vários os acontecimentos que vêm demarcando uma maior presença de temas feministas tanto no meio virtual como no meio off-line.

Hoje, podemos dizer, no Brasil, que a internet é um local em que o movimento feminista consegue atrair muito mais olhares e 'aliados' (BERNADES, 2014; FERREIRA, 2015) do que anteriormente. Atualmente, o feminismo provoca o debate e chama a atenção da grande mídia, engendrando, fora dela também (BERNADES, 2014; FERREIRA, 2015), ações que vão repercutir em marchas, eventos e debates coletivos. Através de blogs e nas redes sociais, as discussões históricas do feminismo estão sendo retomadas e ressignificadas. Inclusive, teorias acadêmicas e discussões complexas sobre gênero ganham as redes virtuais, como ocorre com o debate *queer* e o transfeminismo. Ao mesmo tempo, as teorias de políticas de identidades e as teorias pós-estruturalistas se confrontam com o feminismo de influência materialista e radical (FERREIRA, 2015).

Mas o movimento não se restringiu apenas aos meios digitais. As discussões nas redes sociais pautaram matérias jornalísticas em grandes portais, mulheres passaram a ser convidadas, inclusive, a participar de colunas em revistas, colaborando com a discussão sobre o feminismo nos grandes meios. Não impressiona que, no Brasil, em 2015, alguns acontecimentos tenham marcado o aparecimento do que alguns irão chamar de “primavera feminista”. Desde aquele ano, principalmente através da internet, mulheres vêm se organizando e mostrando uma adesão aos temas feministas de maneira massiva nas redes

sociais. A repercussão de alguns acontecimentos foi tamanha, que o tema gerou matérias de capas em revistas de grande circulação e programas de televisão (BUSCATO et al., 2015; PORTAL G1, 2016).

Entre janeiro de 2014 e outubro de 2015, as buscas pelos termos “feminismo” e “empoderamento feminino” cresceram 86,7% e 354,5% respectivamente (BELLO, 2015). Segundo outra pesquisa, realizada pelo *Wakefield Research*, que entrevistou 500 mulheres com idade entre 16 e 45 anos, de nove países diferentes, 65% das brasileiras entrevistadas informaram se considerar feministas (REVISTA MARIE CLAIRE, 2015). São números e dados que impressionam para um país em que, em 2010, 74% das mulheres não se autodeclaravam assim (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2010).

Temos como exemplo dessa recente adesão ao feminismo no Brasil as várias Marchas das Vadias, realizadas em diferentes cidades no país desde 2011. O movimento ganhou as ruas do Brasil e reuniu milhares de mulheres para pautar, principalmente, o direito ao próprio corpo e sexualidade. Somaram-se a essas marchas os diversos atos de mulheres que levaram milhares às ruas das capitais de São Paulo e Rio de Janeiro, em outubro e novembro de 2015, contra projetos de lei de autoria do ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ), que reduziam direitos das mulheres. Outro fato importante e destacado ocorrido naquele mesmo ano foi o tema de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que trouxe à tona, para todo o país e, especialmente, para sete milhões de participantes do concurso, a questão “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira”, pautando um assunto caro ao feminismo de maneira socialmente abrangente e impactante.

Porém, diante deste recente “boom” do feminismo na internet, cabe lançar uma questão: até que ponto existe diversidade e representatividade nesse feminismo com relação às questões caras às mulheres negras e periféricas? Eu considero que, embora mantenham uma desconfiança saudável em relação a esse fenômeno recente (amplificado, principalmente, através da internet), as feministas mais experientes podem se permitir se sentir esperançosas com esse novo interesse pelo feminismo. Ainda que sejam questionados alguns dos seus aspectos – como, por exemplo, um suposto perfil *mainstream* ou um possível alcance reduzido nas classes mais populares –, a dimensão dos seus desdobramentos ainda é desconhecida, a ponto de ser precipitado elaborarmos conclusões fechadas a seu respeito. Portanto, ainda é cedo para precisar ainda o saldo desse movimento.

Por outro lado, sabemos que a ideia de um movimento feminista de uma única cor, face e estratégia há muito foi ultrapassada. Ao longo de sua trajetória, não é fato isolado que, entre mulheres feministas ou ligadas a outros movimentos, esteja presente a capacidade de

reflexão e crítica com relação à construção da sua identidade e própria luta emancipatória. O feminismo, historicamente, vem incorporando reivindicações e espaço para minorias que não se viam representadas, como as mulheres lésbicas, periféricas, negras, latino-americanas e trans, desde a segunda onda do feminismo, nas décadas de 70 e 80 (AVTAH, 2006, PISCITELLI, 2008). Não à toa, hoje, podemos falar em feminismos, no plural.

No bojo dessas considerações, considero que muitas expressões do feminismo produzidas na internet, por sua vez, têm procurado representar essas inúmeras tensões e contradições. Observo que elas têm se colocado abertamente frente aos conflitos inerentes de um movimento que se quer plural e receptivo às causas mais invisibilizadas, ligadas à conjuntura de um mundo racista, lgbtfóbico, neoliberal e excludente.

Apesar de a produção na internet, muitas vezes, ser caracterizada por uma certa irregularidade, transitoriedade e descontinuidade, há alguns exemplos de grupos de mulheres que vêm produzindo, de modo regular, um material consistente, declaradamente feminista, através de blogs, principalmente. É o caso dos blogs *Blogueiras Feministas*, *Blogueiras Negras*, *Transfeminismo*, *Não me Kahlo*, *Think Olga*, dentre outros. Muitos deles, inclusive, têm produzido desdobramentos para além do espaço virtual, com publicação de livros, promoção de eventos nacionais e locais, produção de pesquisas próprias e campanhas educativas.

No âmbito desses espaços e iniciativas, temas os mais variados são tratados: feminismo materno, feminismo socialista, feminismo radical, transfeminismo, autocuidado, bem-estar e saúde física e mental, preconceito de gênero em diferentes meios profissionais, assédio nas ruas, transfobia, cultura do estupro, dentre outros. Por outro lado, a avalanche de *hashtags* que tomaram as redes sociais, traduzida em milhares de adesões nos últimos anos (THINK OLGA, 2015), trouxe à tona questões antes apenas presentes e discutidas em espaços exclusivamente acadêmicos, institucionalizados ou ligados a movimentos e partidos políticos. Temos visto, recentemente, alguns deles sendo debatidos na grande mídia e nas redes sociais e tomando um alcance inesperado. Porém a percepção sobre as diferenças entre os gêneros e intragênero está sendo abalada de alguma forma? Podemos garantir que a grande mídia se sensibiliza e vem cobrindo com mais atenção esses movimentos de mulheres que saem da rede e ganham as ruas?

Através das redes sociais e de listas de e-mails, as mulheres têm coordenado atividades e mobilizado manifestações nas universidades, em grandes centros e periferias (DE MIGUEL; BOIX, 2013). Por outro lado, numa dinâmica que remete à chave de pensamento muito cara ao feminismo de o “pessoal é político”, muitas mulheres têm compartilhado histórias íntimas

de assédio nas redes sociais, reconhecendo-se em vivências compartilhadas. Nesse caso, compartilhadas tanto no sentido designado nas redes sociais, quanto no de enxergar na outra uma experiência comum. Essa troca de impressões e informações, que pode girar também em torno de questões como saúde feminina e auxílio jurídico para casos de violência doméstica, é uma constante. Mas qual seria o impacto dessa militância fora da internet. Estaria ela transformando a “realidade lá fora”?

Casos como o violento estupro coletivo sofrido, em 2016, no Rio de Janeiro, por uma menina de 16 anos (que ganhou repercussão nacional e internacional depois de um vídeo circular pela internet com imagens de seus agressores a expondo desacordada) é um exemplo. Houve uma grande repercussão nas redes sociais, que ocorreu em função do compartilhamento de mensagens em solidariedade à menina. A investigação foi levada adiante, inclusive com a mudança do delegado responsável pelo caso, devido, em parte, à comoção nacional na rede e à movimentação de um grupo de mulheres. Essas mulheres, articuladas através da internet, localizaram a família da menina e criaram uma rede de suporte à vítima, mobilizando, inclusive, advogada para sua defesa (VETTORAZZO, 2016). Esse caso é emblemático de como a atuação na internet está imbricada na realidade e pode alterar a composição desta. Porém, não podemos deixar de problematizar uma questão inquietante: os temas que mais ganham repercussão estão, invariavelmente, ligados a situações que podem atingir e ameaçar a vida de mulheres brancas, como o estupro.

Essas ações podem ser acompanhadas, ou não, de alguma reflexão mais aprofundada sobre os diferentes fatores sociais que operam nesses contextos. Por outro lado, questões como exploração do emprego doméstico, feminização da pobreza, divisão sexual do trabalho são temas que geram pouca repercussão, o que nos faz pensar nas opressões que se relacionam entre si, de acordo com a classe e a raça do gênero de quem as carrega, e na invisibilidade das mesmas (CRENSHAW, [201-?]).

As opressões pelas quais passa uma mulher negra e pobre são muito diferentes das limitações de gênero por que passa uma mulher branca universitária de classe média, por exemplo (HOOKS, 1984). A violência policial, o assassinato e encarceramento de companheiros, filhos e irmãos, o encarceramento de mulheres que se envolvem com tráfico de drogas, a solidão afetiva das mulheres negras, preteridas nos relacionamentos amorosos, direitos para profissionais do sexo e empregadas domésticas, temas caros para o feminismo negro e interseccional, não parecem ter a mesma comoção pública nas redes sociais. O mesmo podemos afirmar sobre questões relacionadas ao transporte público e à gentrificação nos grandes centros urbanos, completamente presentes na realidade de mulheres pobres, o que

vem demonstrar como o feminismo produzido na internet pode ter um caráter elitista.

Também devemos considerar que são poucos ainda aqueles que podem ler um texto e compreendê-lo totalmente. Cerca de 27% da população brasileira é formada por analfabetos e analfabetos funcionais e apenas 8% da população é capaz de dominar totalmente a capacidade de leitura de um texto (INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2016). Porém, é inegável que o acesso à informação na internet, por meio do compartilhamento de textos e livros, facilitou o acesso a obras feministas, nacionais e internacionais. Através de cursos, disponibilizados on-line sobre feminismo, como os oferecidos pelo site Universidade Livre Feminista, e por meio do material disponibilizado em inúmeros blogs, certamente, tornou-se mais público e acessível o conhecimento sobre o feminismo. Isso se relaciona ao fato de que cerca de 76,6% dos lares brasileiros têm acesso a internet através de microcomputador e 80,4% o têm através de celulares (IBGE, 2014), mesmo se considerando faixa de renda, escolarização e idade, pois há diferenças determinantes entre esses perfis.

A internet é uma ferramenta poderosa de difusão de informação e contrainformação. Mas coletar essas informações, reunir e analisar compreende uma miríade de variáveis e capacidades que não são distribuídas igualmente nem estão ao alcance de todos ainda, tendo em vista a desigualdade de acesso à educação, herança histórica no país. Por outro lado, os temas concernentes a questões que abarcam a vida de mulheres negras mais pobres não são alvo de maiores debates na internet, o que, podemos afirmar, marca um pouco o caráter ainda elitista do feminismo produzido e difundido na internet. Infelizmente, temas relacionados a intersecções de opressões de raça, classe e gênero são pouco visibilizados na rede e fora dela. A pouca repercussão de temas como feminização da pobreza e garantia de direitos trabalhistas para empregadas domésticas e prostitutas aponta que os temas discutidos na internet giram em torno de assuntos considerados prioritários numa agenda feminista que não inclui, de maneira abrangente, o feminismo negro e interseccional. Tais considerações, no entanto, ainda não são conclusivas, tendo em vista que o acesso às temáticas feministas vem aumentando com a democratização da internet nos últimos anos, ainda que esse fenômeno esbarre com as históricas desigualdades educacionais do país.

3.3 PERSPECTIVAS INTERSECCIONAIS NO FEMINISMO

Uma perspectiva que leva em conta diferentes formas de opressão não é exatamente um elemento novo no feminismo. Feministas negras, feministas lésbicas e feministas do terceiro mundo já denunciavam as implicações entre as diferentes formas de subordinação

(classe, raça e gênero, por exemplo), que se cruzariam em uma vivência totalmente diversa da que se vinha apresentando, hegemonicamente, nos estudos acadêmicos e no chamado feminismo branco. Porém, nos anos 70 e 80, as autoras que reivindicavam a valorização de diferenças entre as experiências de mulheres diversas optavam por escolher uma categoria (por exemplo, a de raça) para articular à de gênero, dando centralidade à diferença sexual (PISCITELLI, 2008, p. 266).

Na década de 90, a ideia de interseccionalidade ou de categorias de articulação – que não se sobrepõem umas às outras –, surge no panorama das pesquisas que envolvem a categoria de gênero e as epistemologias feministas. Fazendo um apanhado histórico sobre o aparecimento dessa nova perspectiva, Adriana Piscitelli (2008) nos apresenta três importantes autoras que se destacaram num novo debate sobre interseccionalidade. De uma maneira diferente da que até então havia sido colocada, através de categorias como raça, classe, subjetividade e identidade, articuladas com gênero, Kimberlé Crenshaw, Anne McKlintock e Avtar Brah demonstraram como é possível se falar em experiências de mulheres de uma maneira que leve em conta contextos ainda mais complexos.

De acordo com Adriana Piscitelli (2008), o debate sobre as interseccionalidades permite perceber a coexistência de diversas abordagens. Há pontos centrais, em cada uma das perspectivas, que são tanto convergentes como divergentes entre si. Embora, nas teorias, possam ser utilizados os mesmos termos, no tocante à articulação entre as diferenciações, elas se distanciam em função de como são pensados conceitos como diferença e poder. As diferentes perspectivas optam por caminhos diversos no que diz respeito às margens de agência do sujeito (ibidem, p.267).

Crenshaw (2002, apud PISCITELLI, 2008) traz a perspectiva que procura superar a ideia de que as opressões vão se sobrepor umas às outras, como em uma soma, numa analogia matemática. A autora utiliza a noção de interação entre as formas de subordinação e sugere uma espécie de metáfora para compreensão de seu entendimento de como as opressões se articulariam: várias avenidas pelas quais circulam as diversas formas de subordinação. A mulher, nos cruzamentos dessa avenida, precisaria lidar com o desafio de enfrentar, simultaneamente, o fluxo de vários tipos de opressões (PISCITELLI, 2008).

Porém, segundo Adriana Piscitelli (2008), a abordagem da autora estadunidense incorreria em um erro: fundir a ideia de diferença e desigualdade. A crítica ao pensamento de Crenshaw estaria fundada na ideia de que, em sua perspectiva, as categoriais gênero, raça e classe determinariam as identidades de uma maneira, exclusivamente, desempoderadora. Adriana Piscitelli (idem), para ilustrar tal crítica, lança mão dos apontamentos de Baukje Prins

(2006, apud PISCITELLI, 2008, p. 267), que questiona a forma como a ideia de poder é tratada na perspectiva de Crenshaw. De acordo com Prins (ibidem), Crenshaw utilizaria a perspectiva de Foucault (1977, apud PISCITELLI, p. 267), porém de maneira seletiva. As leituras que utilizariam essa abordagem, que ela chama de “sistêmica”, ignorariam a ideia foucaultiana de que as relações de poder estão sendo constantemente modificadas (PISCITELLI, 2008). Assim:

De acordo com Prins (2006), na primeira linha de abordagem (sistêmica), a agência não é negada aos sujeitos. A idéia é contribuir para o empoderamento dos grupos subordinados. Entretanto, a interseccionalidade aparece voltada para revelar o poder unilateral das representações sociais e as consequências materiais e simbólicas para os grupos atingidos pelos sistemas de subordinação. Os sujeitos aparecem como constituídos por sistemas de dominação e marginalização e, nesse sentido, carentes de agência. (ibidem, p.268)

Abordagens construcionistas da interseccionalidade seriam uma segunda linha de raciocínio, de acordo com Prins. Tais interpretações destacariam pontos dinâmicos e relacionais entre as diferentes identidades. Segundo Prins, Anne McKlintock (1995) não abordaria a questão das diferenças de gênero, raça, classe como categorias isoladas, que se articulam num quebra-cabeça. Mas, sim, como diferenças, que se relacionam entre si e existem uma em função da outra. Portanto, como categorias articuladas. Essas categorias se cruzariam sem se traduzirem em formas de experiências subordinadas, necessariamente. Ao contrário, poderia haver, no cruzamento, entre elas possibilidades de mudança social. Assim, nessa ideia de articulação, está implicada a concepção de agência.

Avtar Brah (2006, apud PISCITELLI, 2008, p. 263) – a segunda autora inserida na perspectiva “construcionista” de interseccionalidade, na interpretação de Prins – trata a questão da diferenciação lançando mão também das categorias “subjetividade” e “identidade”. A autora rejeita a noção de patriarcado e processos de compreensão universalizantes que envolvam as relações entre gênero, raça e classe. Adriana Piscitelli (2008) nos informa que “essas interconexões seriam melhor compreendidas como relações contextuais e dependentes/contingentes (contingents), em termos históricos” (ibidem, p. 269). Avtar Brah (2006) propõe utilizar a categoria “diferença” a partir da perspectiva de subjetividade e identidade. Portanto, haveria que se indagar sempre sobre se a diferença reflete desigualdade e opressão. Pois, poderá, ao contrário, estar relacionada a igualitarismo e diversidade (ibidem, p.269). Assim:

Na segunda linha de abordagem (construcionista), os processos mediante os quais os indivíduos se tornam sujeitos não significam apenas que alguém será sujeito a um poder soberano, mas há algo mais, que oferece possibilidades para o sujeito. E os marcadores de identidade, como gênero, classe ou etnicidade não aparecem apenas como formas de categorização exclusivamente limitantes. Eles oferecem, simultaneamente, recursos que possibilitam a ação. (ibidem, p. 268)

Avtar Brah (2006) enfatiza a importância de se considerar a diversidade de racismos e a posição entre eles ao se realizar a análise das relações entre diversos marcadores sociais. Ela lembra que os processos culturais são dinâmicos, contêm historicidade e estão fundados em contextos diversos.

A procura por grandes teorias que especifiquem as interconexões entre racismo, gênero e classe foi bem menos do que produtiva. Melhor construí-las como relações historicamente contingentes e específicas a determinado contexto. Daí que podemos focalizar um dado contexto e diferenciar entre a demarcação de uma categoria como objeto de discurso social, como categoria analítica e como tema de mobilização política, sem fazer suposições sobre sua permanência ou estabilidade ao longo do tempo e do espaço. (BRAH, 2006, p. 353)

A autora rejeita também a ideia de pensar os marcadores de maneira independente, isolando-os, pois as estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade contêm opressões que se inscrevem umas nas outras.

4 METODOLOGIA

4.1 A PESQUISA QUALITATIVA E AS EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS

Podemos definir a pesquisa qualitativa como uma “atividade situada que localiza o observador no mundo” (DENZIN, LINCOLN, 2006, p.17). A sua trajetória nas ciências humanas é composta pelas experiências que a constituem, ao mesmo tempo, como disciplina, prática e campo de estudo. Na história da pesquisa qualitativa, sinto-me bastante atraída pela ideia do pesquisador como um “confeccionador de colchas”, para utilizar a imagem de *bricoleur*. Este lança mão de um conjunto de instrumentos, métodos e técnicas, não necessariamente definidos com antecedência, mas, pelo contrário, que vão sendo construídos a depender do contexto encontrado pelo pesquisador (DENZIN, LINCOLN, 2006, p. 18).

Dentro da pesquisa qualitativa, localizo meu projeto no campo da pesquisa qualitativa feminista, que, também, por sua vez, apresenta muitas orientações, abordagens analíticas e metodologias. A ideia de uma pesquisa feminista surge a partir de debates levados adiante por mulheres dentro da academia que começam, nas décadas de 60 e 70, a questionar a posição do sujeito único e universal (que tem como referência o homem branco, heterossexual, ocidental e cisgênero), reconhecido como padrão para a produção de conhecimento até então. Essa perspectiva nasce com o objetivo de produzir elementos e ferramentas para uma transformação da sociedade, sendo uma abordagem relativamente nova, diversa além de desafiadora para aqueles que a escolhem como prática científica (DENZIN, LINCOLN, 2006). Dessa forma, compreendendo as epistemologias feministas como uma forma de pensar e produzir o conhecimento por meio de uma perspectiva alternativa que se deseja emancipadora e libertária (RAGO, 1998), este projeto de pesquisa se propõe a utilizá-las como ferramenta e bússola.

Para a pesquisa feminista, importa compreender as razões de se realizar o trabalho em questão, o relacionamento com os sujeitos pesquisados e o local de fala da pesquisadora ou do pesquisador. Tal prática vai sempre tensionar os sentidos e as produções de verdade por trás dos conhecimentos que estão sendo produzidos na pesquisa. Também são questionadas a origem e finalidade dos conhecimentos estudados. Ela pressupõe a existência e convivência de múltiplos conhecimentos e o reconhecimento de que as mulheres ocupam lugares diferentes, de acordo com seus contextos sociais, raciais e econômicos. Rejeita a ideia de um padrão universal de mulher e leva em consideração, cada vez mais, as diferenciações entre os indivíduos (DENZIN, LINCOLN, 2006) e a interação das diferentes categorias de raça, etnia,

classe, gênero e sexualidade, que vão determinar diferentes tipos de opressão de acordo com cada contexto.

As epistemologias feministas compreendem uma maneira de abordar os problemas de pesquisa que leva em consideração as produções discursivas, sendo capaz, assim, de romper e desestabilizar conceitos cristalizados de identidades, bem como questionar a produção de verdade. Os estudos orientados por epistemologias feministas são, marcadamente, críticos em relação ao *status* da ciência como discurso neutro, como um ente a pairar – transparente e imparcialmente – sobre a natureza e os fenômenos sociais, tendo em vista estarem a produção, a elaboração e o controle da ciência, histórica e hegemonicamente, nas mãos de uma elite. Portanto, as epistemologias feministas leem a ciência como produtora de discursos e discriminações, assim como qualquer outra narrativa. Nesse sentido:

As noções de objetividade e de neutralidade que garantiam a veracidade do conhecimento caem por terra, no mesmo movimento em que se denuncia o quanto os padrões de normatividade científica são impregnados por valores masculinos, raramente filóginos. (RAGO, 1998, p.5)

As pesquisadoras que propõem um modo de pesquisa feminista apresentam como resposta a esse modelo de ciência androcêntrica o ato de construir um conhecimento que leve em conta as diferentes realidades que perpassam o objeto de estudo. Relações sociais de gênero, classe, étnicas ficam em evidência na construção do objeto de pesquisa. O sujeito deixa de ser o ponto de partida, sendo estas relações e a forma como se influenciam, desse modo, o cerne da questão. Nesse contexto, desnaturaliza-se qualquer conceito essencializador do sujeito, inclusive o próprio conceito de mulher. A ideia de epistemologias feministas traz a subjetividade como parte do conhecimento. As teorias feministas questionam a separação razão-emoção, público-privado, corpo-mente (RAGO, 1998). Necessário frisar que diversas minorias estão reivindicando um novo olhar sobre a ciência e o fazer científico, o que visa impactar na tessitura de novas epistemologias alternativas, que vão disputar o espaço da produção de conhecimento.

Sandra Harding (1993), ao teorizar sobre a instabilidade das categoriais analíticas na teoria feminista, propõe usar essa própria instabilidade como recurso de pensamento e prática. As categorias das epistemologias feministas devem ser instáveis porque seria contraditório assumir pressupostos metodológicos e conceituais em um mundo que está em transformação constante. A autora diz que é preciso encarar esse desafio não como um processo de questões a serem resolvidas, mas como uma oportunidade de se propor, de uma maneira melhor, os

problemas dos quais se parte. Nesse sentido, um debate que as feministas que se propõem a produzir ciência devem fazer é revelar o que está ausente nas formulações e análises científicas, isto é: expor as exclusões. A pesquisa feminista não quer trocar uma objetividade masculina por outra, feminina, mas aplicar uma perspectiva para além do gênero. A epistemologia feminista, no entanto, não se coloca como superior ou melhor do que as outras, mas se posiciona ao lado, como mais uma das visões disponíveis, sem objetivos totalizadores e universalizantes.

Bruno Latour, antropólogo, sociólogo e filósofo da ciência francês, vai afirmar quase a mesma lógica quando diz que o cientista sempre está se deslocando em seu ponto de vista e nunca assume apenas uma perspectiva. Fazendo aqui referência a um texto clássico de Latour, “Referência circulante” – Amostragem do solo da floresta Amazônica, em que ele trata das técnicas de inscrição de cientistas em busca de uma resposta sobre a relação savana-floresta amazônica, vê-se que a inferência de oposição ou correspondência entre linguagem e natureza não se sustenta. A tarefa de transpor para variadas representações e sistemas de signos o resultado de uma expedição à floresta amazônica feita por quatro especialistas é o que essencialmente o texto apresenta num primeiro momento. Através de um texto descritivo, intuitivo e repleto de imagens, o autor faz um relato do longo e sinuoso percurso percorrido pelos cientistas para construir e inscrever o mundo que os cerca, no caso, transições pedológicas num trecho de floresta amazônica, nas proximidades de Boa Vista (Roraima), através de referências científicas.

Latour vai afirmar que não se trata de dois domínios distintos, não haveria lacuna entre esses dois mundos. Mas, sim, um fenômeno a que ele vai chamar de referência circulante, exatamente o processo de como os cientistas vão tentar acondicionar o mundo em palavras, signos e abstrações. Não há lacuna nem hiato entre as duas esferas “mundo” e “linguagem”. Ele vai demonstrar que existe, na verdade, nesse processo de inscrição do mundo na prática científica, uma cadeia de referências, sem limites nem extremidades. Trata-se de sucessivas etapas de transformações, nas quais o cientista vai particularizando, reduzindo um fenômeno, ao mesmo tempo em que faz referência sempre a um trabalho anterior, amplia o conhecimento com novos achados e novos questionamentos. Quer dizer, ao mesmo tempo em que se reduz e se particulariza, perdendo-se, portanto, parte do processo, também se ganha um pouco mais, à frente, com a criação de novos conceitos e controvérsias, além de novas hipóteses. Latour (2001, p.46) questiona se as ciências falariam do mundo e em seguida ele mesmo responde que “As ciências não falam do mundo, mas constroem representações que ora parecem empurrá-lo para longe, ora trazê-lo para perto”.

De acordo com Sandra Harding (1993), outro aspecto a se levantar, em nome das epistemologias feministas, é a da superação da busca por uma unidade de experiências sociais compartilhadas em favorecimento à solidariedade em torno de objetivos comuns:

Desse ponto de vista, cada epistemologia alternativa considerada – feminista, terceiromundista, homossexual, operária – indica as condições históricas que produzem as oposições conceituais a serem superadas, mas não gera conceitos universais nem objetivos políticos. (ibidem, p.23)

Nessa perspectiva, o problema

É como ter, simultaneamente, uma explicação da contingência histórica radical sobre todo conhecimento postulado e todos os sujeitos cognoscentes, uma prática crítica de reconhecimento de nossas próprias ‘tecnologias semióticas’ para a construção de sentido, e um compromisso a sério com explicações fiéis de um mundo ‘real’, um mundo que possa ser parcialmente compartilhado (HARAWAY, 1995).

Entendendo a objetividade da pesquisa como saberes localizados, como defende Donna Haraway (1995), pois apenas a perspectiva parcial oferece uma visão objetiva, compreendo o desafio de manter uma objetividade feminista que “trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto” (HARAWAY, 1995, p.21). “Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver” (idem), portanto, parto do pressuposto de que minha pesquisa vai produzir um saber localizado e situado, corporificado e, necessariamente, crítico.

Levando a discussão da floresta para a internet, outra selva a ser desbravada, os teóricos e manuais de pesquisa qualitativa têm se debruçado sobre o uso de metodologias para a pesquisa on-line. Podemos transferir a análise documental ao contexto da pesquisa na internet (FLICK, 2009). A produção da internet deve ser analisada como uma forma especial de documento, por conter intertextualidade. Os textos da internet se conectam com outros textos na web formando o que chamamos de hipertextualidade. Outra característica importante do texto na internet que deve ser levada em consideração é que, além de links que levam a outros textos, ele quase sempre vem acompanhando de imagens, vídeos e sons. Os problemas que podem se apresentar na pesquisa on-line são a escolha de critérios para a seleção do material de pesquisa, tendo em vista a perda da ideia de sequencialidade, pois não haveria a ideia tradicional de começo, meio e fim em uma página na internet (FLICK, 2009).

Uma das soluções com relação ao ponto de partida e da amostragem de páginas na internet é a utilização de amostragem teórica. A ideia é iniciar com o material que pareça

interessante do ponto de vista do objetivo da pesquisa e depois decidir o que será descartado das amostras seguindo *insights* ou questões não solucionadas depois de analisada essa primeira amostra (FLICK, 2009). A dificuldade de se lidar com a quantidade de material encontrado na internet e dar ordem à sua aparente aleatoriedade é um desafio a essa pesquisa.

De toda forma, não se trata de uma prerrogativa apenas da pesquisa on-line. Conforme nos demonstra Latour (2001, p. 55) a partir das observações do trabalho de Edileuza em sua catalogação de plantas: “Acontece o mesmo em todos os laboratórios. Logo que chegamos a um campo ou acionamos um instrumento, mergulhamos num mar de dados”. A ideia de lidar com uma confusão de informações na volta do campo assombra todo pesquisador. Porém, Latour (2001, p. 55) ensina que não se pode sucumbir, “mal chegamos e já temos que partir”, pois “o conhecimento deriva desses movimentos, não da mera contemplação da floresta”.

4.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O meu primeiro projeto, submetido à banca de seleção ao mestrado do programa, tinha como objetivo delinear tendências no feminismo de internet a partir de três perspectivas que eu identificava como principais tendências: transfeminismo, feminismo negro e feminismo radical/materialista. A ideia era entrevistar mulheres que, alinhadas a estas perspectivas, destacavam-se na internet e tinham capacidade de se comunicar com um grande público. A partir da análise textual entrevistas com elas e observando a dinâmica conduzida entre elas e seus “seguidores” virtuais, pretendia traçar pontos em comum, tensões e entendimentos sobre o feminismo. Entretanto, logo abandonei a ideia, considerando que definir os feminismos observados na internet em três vertentes poderia resultar bastante reducionista e limitante.

Abandonada esta ideia inicial, reconfigurei o projeto de pesquisa delimitando o objeto em um blog específico, o Blogueiras Feministas. Parti do princípio de que podemos considerar a internet um ambiente propício para a construção dos diversos feminismos e que o Blogueiras Feministas é um espaço rico para se observar a produção de discursos e ideias acerca dos diversos sujeitos dos feminismos e do que é ser mulher hoje. Analisar o discurso produzido pelo Blogueiras Feministas tentando verificar os sentidos produzidos pelos textos alinhados com uma análise interseccional passa a ser a ideia, tendo em vista que o blog assume, em sua linha editorial, uma perspectiva interseccional do feminismo e conta com a assunção de que mantém perspectivas interseccionais na produção de suas postagens.

A escolha pelo Blogueiras Feministas se deu por considerá-lo um coletivo maduro do ponto de vista da regularidade e do tempo de produção, qualidade de seu conteúdo e

intensidade de colaboração de mulheres nos textos postados. Durante o meu processo de observação de blogs e perfis feministas em redes sociais, pude notar que muitas das propostas de coletivos e iniciativas que visavam à produção de textos e material de cunho político/ativista surgiam tão rápido quando encerravam suas atividades. Nesse aspecto, o Blogueiras Feminista se destaca por manter uma produção contínua e sempre muito conectada aos acontecimentos relacionados a questões de opressão de gênero atualmente.

Eu me posiciono afirmando acreditar que há a possibilidade de se falar em abordagem interseccional no feminismo a partir de um blog de internet conduzido por um coletivo de mulheres autônomas. Para tanto, pretendo analisar as postagens do blog que se alinham com essa perspectiva. Começo a minha pesquisa, primeiramente, provocada por tensionamentos – suscitados em sala de aula, em encontros com grupos de estudo e em leituras feministas – localizando a minha fala diante do meu campo de estudo e contando um pouco de como se origina a minha aproximação com o tema.

Dessa forma, começo me situando, entre meus privilégios, como mulher cisgênero, branca, de classe média e heterossexual, que teve, assim, acesso a um capital cultural inacessível à maioria da população brasileira. Meu olhar sobre o objeto que busco analisar está, necessariamente, atravessado por uma perspectiva de alguém que teve acesso à educação formal de qualidade e à universidade pública, dentre outros privilégios reservados a poucos.

Isso significa elaborar também uma marca em minha existência e socialização na pesquisa, que por muitos, pode ser considerada não-racializada (BRAH, 2006). Nesse sentido, alimento a expectativa de reconhecer relações em rede, conexões e desconstruir preconceitos, além de construir esperanças dentro do meu tema de pesquisa. Nessa perspectiva, entendo que o observador é sempre parcial e capaz de se unir ao outro, de ver junto, sem pretender, no entanto, ser o outro. Posicionar-se e engajar-se, portanto, são palavras e práticas-chave nesse projeto.

A técnica utilizada é a de análise de conteúdo utilizada por Maria Cecília Minayo em que são trabalhadas categorias articulando-as com um referencial teórico determinado. As categorias são como classes que podem ser estabelecidas durante o processo de coleta ou na pré-análise do conteúdo. As fases podem ser organizadas em pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Numa primeira fase, o material é organizado, definem-se as categorias e trechos mais significativos e uma primeira impressão sobre os significados dos mesmos é construída através de uma leitura mais superficial para se registrar impressões num contato mais breve. Numa segunda fase, há uma leitura mais atenta, que pode se repetir várias vezes, a fim de se aplicar mais detidamente o colocado na primeira

fase. Numa terceira fase é iniciada a análise propriamente, em que significados, sentidos e contextos são interpretados e conectados com um contexto maior baseado num referencial teórico escolhido.

4.2.1 Do Objeto

Os primeiros estudos sobre blogs localizavam-nos ainda como diários pessoais, relacionando-os a “escrituras de si” ou diários íntimos. Porém, tal fenômeno se amplificou, consideravelmente, nos últimos vinte anos, desde sua criação. A ferramenta é francamente explorada, hoje, tanto no meio jornalístico como empresarial. As próprias plataformas que dão suporte aos blogs também se modernizaram e oferecem novas possibilidades de usos e de disposição das informações. Porém, os blogs ainda guardam a mesma dinâmica de publicação de textos disponibilizados em ordem cronológica, espaços para comentários/ interação com visitantes e de indicação de sites ou blogs afins e parceiros.

A variedade de plataformas disponibilizadas e a facilidade de publicação de textos deu ao blog um papel fundamental na transformação da internet em um espaço em que muitos podem emitir opiniões, expressar-se e trocar informações através do compartilhamento de links e documentos. A produção de textos através de blogs está relacionada, em todo o mundo, com as atividades de ativistas e coletivos políticos. Não à toa, muitos blogueiros sofrem censura em alguns países por exporem uma posição contrária a políticas de governos ou grandes organizações empresariais. Por isso, os blogs podem ser considerados, junto às redes sociais e aos jogos virtuais, como um dos fenômenos mais importantes da cibercultura (AMARAL, ADRIANA, RECUERO, 2009).

Alinhado a essa tradição política, o Blogueiras Feministas nasce de uma lista de e-mails que tinha o objetivo de debater questões vinculadas à realidade das mulheres durante o primeiro turno das eleições presidenciais de 2010. A partir do crescimento desse espaço de discussão, ainda no mesmo ano, o blog foi criado, com o objetivo de ampliar ainda mais os debates e ideias feministas. Desde então, vem produzindo farto material sobre diversas pautas do feminismo e mantido uma regularidade em suas publicações.

Essa produção não foi realizada sem conflitos ou dissensos. Na lista de e-mails, caracterizada como uma lista de discussões, aconteciam, em parte, algumas dos debates em que se definiam quais os temas seriam abordados e quem poderia assumir a produção dos textos. A lista era extensa, com tópicos variados e debates diários. Muitas vezes, existiam tensões sobre temas como maternidade, transfeminismo, homens no feminismo, a realidade

das mulheres negras, a partir dos quais as debatedoras presentes tentavam chegar a uma síntese, nem sempre pacífica. Nesse sentido, talvez o espaço tenha se tornado limitado e o Blogueiras Feministas, um projeto pequeno para abranger tantas necessidades, desejos e realidades. Tocar um projeto como esse a distância e organizar a produção certamente não é uma tarefa fácil. Em se tratando de um tema já constituído naturalmente por conflitos e tensionamentos históricos, o feminismo acaba sendo um tema rico mas, como qualquer tema político e coletivo, delicado para ser conduzido sem percalços e dificuldades que ocorrem com qualquer projeto coletivo tocado a distância. Mas esse formato de decisão e discussão do conteúdo do blog foi mudando e muitas mulheres que participavam do início do Blogueiras Feministas foram organizar outros projetos, pessoais ou coletivos, nesse último caso a exemplo do Blogueiras Negras e do Blog Transfeminismo.

O perfil das mulheres que participavam da lista mais ativamente ou assumiam mais intensamente a produção ou coordenação do blog constituía um coletivo mais ou menos homogêneo, em se tratando de geração e perfil socioeconômico. Essa observação feita por mim tem lugar na minha experiência pessoal na participação da lista de e-mails e das discussões. Havia muitas meninas universitárias e mulheres ligadas a universidade, mas também jornalistas e professoras, além de meninas que militavam em coletivos em suas cidades. De modo geral, o próprio acesso a uma lista de discussões e a perspectiva de leitura e produção de um blog sobre feminismo traz minimamente a ideia de um grupo de mulheres que tinham acesso a internet e o domínio total do uso da escrita e de sua interpretação.

O blog é coordenado atualmente por duas mulheres, Bia Cardoso e Thays Athayde, e conta com mais oito editoras para auxiliar na construção do conteúdo e na tomada de decisões em nome do coletivo. São mulheres de origens geográficas diversas e que colaboram coletivamente com a construção do espaço. Nas palavras de uma das colaboradoras, Tica Moreno:

Este blog existe porque queremos vivenciar na rede a experiência de ser feminista. Escrever posts, apontar manifestações do machismo na sociedade, twittar, fazer vídeos, publicar fotos, organizar manifestações nas ruas e na rede, entre outras formas de espalhar essa ideia de que ainda tem muita coisa pra mudar nas relações entre homens e mulheres. Por outro lado, tem a ver com uma reflexão constante sobre a nossa própria vida, sobre como a gente pode enfrentar as nossas contradições, como a gente constrói as nossas relações com mais autonomia e liberdade. (BLOGUEIRAS FEMINISTAS, Seção Memória)

O Blogueiras Feministas afirma, já em seu editorial, o objetivo de debater questões feministas sob uma perspectiva que leve em conta as “particularidades e pluralidades” desse campo. Posiciona-se como um espaço político que visa gerar reflexão crítica sobre estruturas e instituições, com o horizonte de formação de um mundo mais igualitário. O coletivo assume, ainda, utilizar princípios da interseccionalidade, lançando mão da imagem de uma colcha de retalhos, que ilustra o diálogo de diversas vozes na construção do conteúdo apresentado na plataforma.

No blog, o coletivo compromete-se em não reproduzir preconceitos, embora assuma a possibilidade eventual do erro. Inclusive, informa manter ainda, em seus arquivos, textos que reconhece conter traços de ideias preconceituosas. O coletivo também observa que a maioria das postagens apresenta a autoria de mulheres brancas, heterossexuais, cissexuais e de classe média, o que alertaria para a questão da invisibilidade de alguns grupos minoritários.

Não acreditamos em estereótipos. Não acreditamos em verdades absolutas. Não acreditamos no feminismo como uma cartilha e nem como religião. Nosso feminismo é político e está constantemente em construção. Aberto para agregar ideias, valores e conceitos. Pronto para reconhecer privilégios e contradições. Disposto a questionar universalizações e essencialismos. Temos o desafio de propor, lutar e implementar mudanças sociais que construam uma sociedade melhor para TODAS as pessoas (BLOGUEIRAS FEMINISTAS, Editorial)

As postagens do blog estão divididas por 12 categorias: Comportamento e Relacionamentos, Cultura e Mídia, Direitos Humanos e Inclusão Social, Educação e História, Feminismo e Movimentos Sociais, Gênero e Diversidade, Política e Estado, Raça e Etnia, Saúde e Corpo, Sexismo e Violência, Sexo e Sexualidade e Trabalho e Economia. Na página inicial do coletivo, é possível acessar as postagens através dessas categorias ou por ordem cronológica, de acordo com o mês e ano de publicação dos textos.

O Blogueiras Feministas tem perfis em várias redes sociais, como *Facebook*, *Twitter*, *Tumblr*, *Google +*. Dessas redes sociais, o *Facebook* e o *Twitter* são atualizados com mais frequência. É possível também receber as postagens por e-mail. Existe também, como forma de interação, o espaço para inclusão de comentários em cada post. A fim de regular o uso desse local de comunicação, há uma seção denominada “Política de Comentários”, que contém uma lista de condições para participação nesse espaço. Possivelmente, essas orientações precisaram ser estabelecidas tendo em vista ataques e ofensas frequentemente direcionados a mulheres que produzem e veiculam conteúdo feminista na internet.

Existe uma seção chamada “Como Participar”, em que pessoas podem propor colaborar com algum texto inédito, que não pode ter sido publicado em outro blog. O texto tem que ter relação com feminismo, evitar generalizações além de trazer alguma novidade relacionado ao assunto abordado. É necessário também enviar uma pequena biografia.

O Blogueiras Feministas permite que do seu conteúdo sejam feitas cópias, e que, inclusive, construa-se em cima dos textos. Porém é vedado o uso comercial ou uso do material em blogs que contenham publicidade. Neste último caso, não há a permissão sem que seja formada nenhuma parceria com o blog. A seção que dispõe essas e outras orientações chama-se “Termos de Uso”. As orientações são baseadas no *creative commons*, tipo de licença que possibilita a reprodução e o compartilhamento com menos restrições que, por exemplo, a Lei Brasileiras de Direitos Autorais.

Numa das seções do blog, é possível verificar quais são os assuntos mais procurados. Em 21 de março de 2017, os temas mais buscados eram Aborto e Direitos Reprodutivos, Capacitismo, Estatuto do Nascituro, Feminismo Interseccional, Lei Maria da Penha, Marcha das Vadias, Mulheres Indígenas, Mulheres Lésbicas, Mulheres Negras, Mulheres Trans, Voto Feminino. As temáticas já apontam para uma diversidade de problemáticas e contextos que constituem os feminismos no século XXI.

4.2.2 Perspectiva Analítica

Tendo como inspiração as abordagens feministas que advogam a articulação/intersecção das opressões e diferenciações entre si, através da leitura que fazem as autoras Avtah Brah e Adriana Piscitelli, pretendi acionar as diferentes perspectivas dessas teóricas a partir dos dados que surgiram nos textos selecionados. A adequação e apropriação dessas teorias à minha reflexão foi feita durante o próprio processo de análise, a partir das categorias que emergiram dos textos. A ideia foi destacar as construções das autoras que escreveram no blog e refletir sobre como elas estão trabalhando a categoria interseccionalidade e que outras categorias surgem a partir daí.

Procurei analisar quais elementos presentes nos textos determinam uma compreensão interseccional ou articuladora das categorias de diferenciação e opressão. Localizei os usos dessas categorias dentro de um panorama atual de produção de teorias feministas que abordam as opressões de maneira articulada e contextualizada, conforme apresentado neste projeto. Pretendi ainda verificar os contextos macro e micro dentro dos quais as categorias

são operacionalizadas pelas autoras do blog e sua relação com contextos globais. Também procurei entender como as dicotomias questionadas pelo feminismo são trabalhadas.

A análise é realizada a partir do suporte metodológico dado pela pesquisa qualitativa e trabalhando-se com categorias identificadas no texto e interpretadas a partir de um referencial teórico exterior em uma análise de conteúdo (MINAYO). Realiza-se uma pré-análise, posteriormente uma exploração do conteúdo, um tratamento dos resultados obtidos e uma interpretação.

4.2.3 Corpus Analítico

O corpus foi constituído pelas postagens selecionadas do blog. A partir da leitura dos textos, realizei uma seleção daqueles que apresentam uma abordagem das opressões de gênero relacionadas com, pelo menos, uma outra categoria de diferenciação/opressão, como classe e raça. As postagens são elencadas num universo de postagens que vai de 2010 a 2017, do qual se realiza uma pré-seleção e identificar-se aquelas que apresentam a abordagem que articule diferentes tipos de opressões.

Diante de uma produção tão extensa, com quase sete anos de postagens semanais, o trabalho de leitura de todos os textos necessitaria de muito mais tempo do que o disponível para a pesquisa. Defini, portanto, um recorte, a partir do mecanismo de busca localizado na página inicial. A seleção dos textos foi realizada a partir da *hashtag*/palavra-chave interseccionalidade, uma das dezenas utilizadas no blog em sete anos de blog. Essa seleção dos textos resultou em um total de 22 postagens publicadas entre 2013 e 2017.

Feita a seleção dos posts, procedi à primeira fase da análise de conteúdo das postagens a partir da sua organização e de uma leitura flutuante. O objetivo foi construir uma primeira compreensão da ideia geral sobre a qual tratavam, no sentido de captar sua estrutura, mensagens e tecer primeiras impressões. Realizada essa leitura inicial de primeiro contato, dei início à segunda fase, em que realizei a leitura atenta e demorada de cada uma das postagens, a fim de aprofundar a compreensão das impressões alcançadas na fase anterior.

Na terceira fase, procedi a uma definição e organização dos trechos que considerei mais relevantes e consistentes, com conteúdo mais elaborado em cada postagem. Nesse processo, mapeei, principalmente, aqueles em que o termo “interseccionalidade” é utilizado direta ou indiretamente. Os trechos selecionados foram inseridos em uma tabela em que cada linha correspondia a uma postagem. A análise pormenorizada de cada trecho foi realizada já

com o objetivo de identificação das categorias mais acessadas pelas autoras para trabalhar o tema da interseccionalidade.

A partir das quatro categorias identificadas (Raça, Sujeitos do Feminismo, Decolonialidade e Feminismo da Diferença), exemplifiquei como são trabalhadas questões pertinentes à interseccionalidade e as articulei com referências teóricas que se comunicam com os temas abordados nas postagens. Percebi que a interseccionalidade era, frequentemente, identificada a partir de uma expressão de articulação entre opressão de gênero e opressões variadas, mas, principalmente, raça. A segunda categoria identificada é a de sujeitos do feminismo, a partir da qual a interseccionalidade foi operacionalizada, em muitos textos, como uma abordagem sobre que novas identidades acessam espaços do feminismo e como lidar com essa presença e novo protagonismo. A terceira categoria trabalhada é a de decolonialidade, através da qual a interseccionalidade vai ser interpretada como uma proposta de expressão e prática de um feminismo menos eurocêntrico e atrelado a contextos racializados. E, por fim, a última categoria identifica a interseccionalidade como um aporte que vai evidenciar o exercício de um feminismo da diferença, através do qual a diversidade é percebida como potência para a resistência.

Realizada essa classificação das categorias, iniciei a análise de cada trecho, acessando também os textos originais das postagens no blog, a fim de fazer uma contextualização mais precisa. Articulando as ideias contidas nos textos das autoras do blog com o referencial teórico de duas autoras negras – a brasileira Sueli Carneiro e a estadunidense bell hooks – teci algumas associações com o que considerei que se comunicavam entre os textos no que concerne à categoria Raça. Essa costura de textos realizada primeiramente com a categoria Raça produziu a primeira parte da análise. Na segunda parte, eu procurei compreender a produção dos sentidos dada a interseccionalidade a partir da categoria Sujeitos do Feminismo, tecendo uma rede de associações com a abordagem de Claudia Lima Costa em seu texto “O sujeito no feminismo: revisitando os debates”. Trata-se da segunda parte da análise relacionada à categoria Sujeitos do Feminismo.

Na análise da categoria Decolonialidade, interpreto, a partir do suporte teórico a respeito do tema dos autores Aníbal Quijano e Maria Lugones, como, particularmente a decolonialidade de gênero se comunica com as demandas das autoras por um feminismo mais autônomo e diverso. Na quarta categoria Feminismo da Diferença, Audre Lorde e Gloria Anzaldúa são a ponte para identificar a abordagem de um feminismo que enxerga na pluralidade de vozes e na diferença de experiências um chamado à irmandade na luta.

5 ANÁLISE

Neste capítulo são apresentadas as quatro categorias por meio das quais identifiquei como as autoras das postagens do Blogueiras Feministas interpretam o conceito de interseccionalidade no feminismo. As categorias Raça, Sujeitos do Feminismo, Feminismo Decolonial e Feminismo da Diferença são referenciadas através de uma leitura que as contextualiza com textos de autoras/os feministas e decoloniais a fim de ser tecida uma análise que articule a produção de sentidos sobre a interseccionalidade com aquilo que vem sendo e ou foi pensado em termos de teorizações na academia e no movimento feminista.

5.1 INTERSECCIONALIDADE COMO UMA FERRAMENTA DE VISIBILIDADE DA PERSPECTIVA RACIAL

Embora o feminismo brasileiro goze de amplo reconhecimento nacional e internacional, ele atravessou muitos anos sendo refém de uma visão centrada em conceitos eurocêntricos e universalizantes sobre o ser mulher e os sujeitos políticos do movimento. Essa característica atrasou bastante o reconhecimento de diversidades, diferenças e desigualdades subjacentes à condição das mulheres. Enxergar as dificuldades por que passam mulheres negras periféricas, por exemplo, e suas necessidades mais urgentes ou opressões para além do gênero é um passo importante dentro do movimento que, no entanto, só foi possível a partir de denúncias das feministas negras. Isso engendrou a necessidade de reformular agendas políticas, discursos e práticas que, para as feministas negras, não atendiam às especificidades das suas experiências atravessadas por opressões de cunho racista e classista. Se de um lado, silenciavam-se vozes e subalternizam-se corpos, por outro, a história de luta e resistência das mulheres negras, que têm uma tradição ancestral, era invisibilizada (CARNEIRO, 2011).

O racismo no Brasil subalterniza homens e mulheres de maneira fortemente ligada às suas experiências de raça, segundo Sueli Carneiro, chegando até a deslocar opressões originadas no gênero para um segundo plano. De fato, homens e mulheres negras gozam de menos vantagens sociais e econômicas se comparados a mulheres e homens brancos, estando homens negros, abaixo das mulheres brancas numa escala de hierarquia de privilégios socioeconômicos. A partir do reconhecimento da forte imbricação das opressões de gênero e raça nas experiências intragênero e intragrupo racial, as mulheres negras começaram a denunciar as contradições do movimento feminista que não reconhecia as fortes relações de desigualdades entre mulheres brancas e não-brancas e, no movimento negro, vão cobrar o

reconhecimento das questões de gênero como estruturantes da discriminação racial no Brasil. Nesse sentido, Sueli Carneiro defende que a introdução das questões raciais da mulher negra demarca uma agenda política que determinará políticas públicas com foco na violência racial enfrentadas pelas mulheres não-brancas; nas políticas de saúde, na atenção a doenças étnicas que afetam, principalmente, a população negra e, no mercado de trabalho, em mecanismos racistas de seleção de emprego.

Dentre as diferentes esferas nas quais se vão constatar graves desigualdades de gênero e raça no Brasil, estão o mercado de trabalho e as relações afetivas. As mulheres negras não conseguiram obter grandes avanços no mercado se comparadas às mulheres brancas. Nesse sentido, a crueldade do racismo brasileiro se torna ainda mais evidente, pois a expansão do mercado de trabalho para as mulheres brancas se dá de maneira diferente: às mulheres negras restam ocupações e empregos com salários mais baixos ou relegados à informalidade. As mulheres negras sempre precisaram trabalhar para manter a si e a sua família e a elas nunca foi dado o privilégio de não vender a sua força de trabalho e não ser explorada duplamente. Assim, Sueli Carneiro explica:

Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estamos falando? As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca. Quando falamos em garantir as mesmas oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, estamos garantindo emprego para que tipo de mulher? Fazemos parte de um contingente de mulheres para as quais os anúncios de emprego destacam a frase: ‘Exige-se boa aparência’. (CARNEIRO,2013)

Em relação ao afeto e ao sexo, a ausência de um caráter positivo na representação da mulher negra em nossa sociedade – cujos padrões de beleza estão quase que totalmente baseados no biotipo branco europeu – afeta fortemente a autoestima, segurança e saúde das relações afetivo-sexuais de mulheres negras. A questão racial tornou-se tema de debate urgente quando se pauta a desvantagem na esfera afetiva, sendo as mulheres negras preteridas inclusive por companheiros da sua própria raça. A intensa objetificação e sexualização dos corpos negros também apontam para um problema que tende a afetar a subjetividade de gerações de mulheres, que ao mesmo tempo que se sentem alvo de desejos eróticos, não vão gozar dos mesmos privilégios das mulheres brancas quando se pensa em seu valor como parceira afetiva. A queixa das mulheres negras que se vêm preteridas e abandonadas ou não têm seus relacionamentos reconhecidos publicamente é recorrente na mesma medida em que

vemos relacionamentos interracialis entre mulheres brancas e homens negros. Uma questão complexa e delicada, a qual apenas pontuamos nesse trabalho como umas das características da desvalorização da mulher negra no que tange aos vários tipos de experiências na sociedade.

No sentido de dar visibilidade a essa desigualdade, as postagens do Blog Blogueiras Feministas vão ao encontro de uma visão de interseccionalidade que proriza o reconhecimento do aspecto racial na leitura das diferentes realidades vivenciadas por mulheres. Na postagem “A irmã outsider Audre Lorde”, a espanhola Maria Ptkq, doutora em pesquisa artística e formada em Direito e Ciências Econômicas, faz uma interessante análise de algumas das maiores contribuições para feminismo negro estadunidense por parte da escritora afroamericana. A visão da referida autora sobre a questão da interseccionalidade é evidenciada numa análise aguda sobre os privilégios das mulheres brancas sobre as mulheres negras. A relação conflituosa com homens negros também é problematizada. Para Lorde, as oportunidades de obterem vantagens e relativo conforto dentro do patriarcado coloca as mulheres brancas em um patamar completamente diferenciado. Porém, ao mesmo tempo em que destaca essas diferenças, Audre Lorde vai defender a construção de um espaço comum de resistência afinal:

O que nos separa não são as nossas diferenças, e sim a resistência em reconhecer essas diferenças e enfrentar as distorções que resultam de ignorá-las e mal interpretá-las. Quando nos definimos, quando eu defino a mim mesma, quando defino o espaço onde eu sou com você e o espaço onde não sou, não estou negando o contato entre nós, nem estou te excluindo do contato – estou ampliando nosso espaço de contato (LORDE in PTKQ, 2014)

A voz de Audre Lorde se torna extremamente atual em nossos dias e para a realidade brasileira principalmente quando ela vai apontar que as mulheres brancas não passam pelo sofrimento de temer a perda de filhos e companheiros negros pela violência nas ruas, que mata homens jovens negros em um número alarmante. Uma realidade ignorada e não experimentada pelas mulheres, ainda que feministas. Por outro lado, a mulher negra também precisa enfrentar o machismo dentro de casa e no movimento negro, por parte dos companheiros de luta e de vida. Por isso, a experiência da mulher negra é atravessada por tantos desafios e ao mesmo tempo traz à tona contradições e desafios dentro dos próprios movimentos sociais. Essas diferenças de opressões quando não são compreendidas são muitas vezes invisibilizadas pelos homens negros e pelas mulheres brancas, o que torna o compromisso e a defesa da luta das mulheres negras tão importante e representativo para o

nosso tempo. Os espaços como a universidade, os partidos políticos, e espaço de produção cultural e de artes não estão livres de alimentar o apagamento da mulher negra, de sua cultura e de sua experiência:

Quando as mulheres brancas ignoram o privilégio que supõe que elas são brancas numa sociedade racista e definem a todas as mulheres unicamente com base na sua própria experiência, nós, Mulheres de Cor [2], nos convertemos ‘nas outras’, umas estranhas cuja experiência é demasiado alheia para ser compreendida. Um exemplo é a significativa ausência de mulheres de cor em estudos de gênero. Muitas vezes, a desculpa é que a literatura das Mulheres de Cor só pode ser ensinada por Mulheres de Cor, e que é uma literatura difícil de entender porque provém de experiências ‘muito diferentes’. Escutei esse argumento da boca de mulheres brancas que não tem nenhum problema em ensinar sobre o trabalho de pessoas com experiências de vida tão díspares como Shakespeare, Molière, Dostoiévsky ou Aristófanes. (LORDE in PTKQ, 2014)

Hoje a discussão sobre espaço e produção de mulheres negras na universidade, na política, na mídia, na publicidade, na literatura, na música é muito mais popularizada, ou seja, ocupa e pauta a agenda de muitos intelectuais, da opinião pública e de movimentos sociais, como nunca. Mas isso não aconteceu sem muita luta e conflito dentro desses espaços. A mulher negra sempre teve que enfrentar um duplo preconceito que resultou em ter sua agenda sempre relegada, embora as pautas da luta feminista negra sejam pautas urgentes para toda a sociedade, sendo as mulheres negras as principais vítimas de uma série de violências e desigualdades, como a maior mortalidade entre mulheres negras (Blogueiras Negras, 2018), menor renda e maior taxa de desemprego.

Ana Rita Dutra, autora do post “Mulher negra e feminismos”, descreve-se como educadora, especialista em Educação em Direitos Humanos, blogueira, “Childfree”, mulher militante, feminista, não-negra. Defensora dos direitos sexuais e reprodutivos, da liberdade religiosa, dos direitos das mulheres e das juventudes (Portal Geledés, 2013), ela questiona a ausência, em sua formação como militante feminista, de uma análise que levasse em conta as relações raciais e de gênero numa mesma perspectiva. A autora reconhece que o feminismo ainda carece de muita reflexão e incorporação em suas práticas a atenção às lutas de mulheres não-brancas por mais direitos. No referido post, Ana Rita coloca como uma questão primordial a reflexão sobre os privilégios e a ampliação dos espaços de intervenção e coletivos de feministas negras, como o Blogueiras Negras. Em seu texto, datado de 2013, ela se interpela como feminista e reconhece o quanto o movimento está longe de pautar a diversidade em sua agenda. Nesse sentido, enxergar a interseccionalidade como ferramenta de

compreensão das opressões, mas não só, como também uma perspectiva nova no desenvolvimento de políticas e ações voltadas para a questão da raça se torna urgente, tendo em vista a imbricação da raça com a gênese das desigualdades sociais no Brasil.

Incômodo, desconforto, inquietação, creio que estas foram sensações presenciadas ao ser questionada sobre feminismo, violência e mulheres negras em uma atividade com adolescentes algum tempo atrás. Lembro até hoje da minha cara de parede quando rapidamente fui buscar referências na minha mente e não as encontrei. Após discussões sobre o que é ser uma mulher, sobre o que legitima a violência contra as mesmas, esse assunto marcou presença entre os adolescentes e trouxe-me inquietações. Como militante me pus a refletir, mais uma vez, sobre as bases do meu feminismo, sobre as bases dos diversos feminismos que compõe o movimento de mulheres. Esse processo que começou ali segue até hoje. (DUTRA, 2013)

O incômodo, o constrangimento, geralmente, estão presentes na experiência das mulheres brancas quando colocadas em confronto com sua própria posição de privilégio nos espaços feministas que dividem com as mulheres negras. O espaço, que se supunha ser de igualdade e horizontalidade, é desnudado. Estar numa posição negativa de antagonismo e diferença pode ser uma experiência dolorosa, mas também de ruptura positiva no sentido de ampliação de uma compreensão, antes restrita e restritiva, do que é ser mulher e do que são pautas feministas. Como mulher branca de classe média, em muitos momentos, presenciei e observei vivências e rupturas de espaços supostamente pacificados quanto ao racismo na minha experiência acadêmica e como militante. E pude observar o desconforto em companheiros e companheiras ao serem apontados como racistas em suas práticas.

A dificuldade de se colocar na posição de uma mulher que reproduz práticas racistas talvez se origine, exatamente, na ausência que há, em toda a formação política e formal, de confrontos e conflitos expostos na própria experiência como acadêmica dentro da universidade e como militante nos movimentos sociais, tanto feminista quanto sindical. O espaço extremamente privilegiado da universidade, do palanque, do microfone sempre esteve evidentemente em mãos brancas. E isso nunca foi questionado. Até que fosse ocupado ou pleiteado por grupos e coletivos negros. Não sem gerar desconforto e não sem ressentimentos por parte dos brancos.

Por outro lado, coloca-se que o reconhecimento da luta antirracista não pode funcionar como uma ferramenta apelativa, que funciona como uma fachada para os movimentos se mostrarem como mais heterogêneos. As feministas devem sempre estar bastante atentas à incorporação oportunista dos temas caros ao feminismo negro. Em “O falso

feminismo interseccional ou o que importa é representar”, post de Naila Chaves de 23 de julho de 2015, ela vai problematizar justamente o uso de determinadas pautas para dar um ar de diversidade a movimentos sociais que em seu cotidiano não dão espaço verdadeiro às lutas antirracistas. Naila é mulher negra, professora, advogada e mestra em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB). À época da publicação do post, fazia parte de coletivos negros e feministas em Brasília. Ela alerta para a ausência de autocritica e reflexão presente dentro dos próprios movimentos no uso de conceitos como o de representatividade de maneira pouco consistente e refletida, ao que vai chamar de “falso feminismo interseccional”. Para dar um exemplo: quando movimentos se apropriam de algumas lutas para, por exemplo, apenas em datas representativas ou eventos, visibilizar questões que não estão em sua agenda majoritariamente. Para a autora, se isso ocorre, é porque esses temas não são, de fato, uma questão de sobrevivência para as mulheres que compõem o movimento ou coletivo:

A representação é sim muito importante para alguns grupos, mas a simples representação sem uma real preocupação com os motivos pelos quais aquilo precisa ser representado e incorporado nas pautas cotidianamente e não apenas em datas esporádicas nada mais é do que praticar um falso feminismo interseccional, em que o que importa é a utilização de mulheres negras, gordas, pobres, lésbicas e bissexuais, trans ou com deficiência como cartas na manga para poder dizer que o seu feminismo não é hegemônico. (CHAVES, 2015)

Daí a simples inserção da pauta nos movimentos e agendas políticas das organizações e instituições não ser suficiente. Pois o simples “precisamos falar sobre feminismo negro” – para usar a construção tão comum dos questionamentos caros às redes sociais – não esgota o compromisso com as pautas das mulheres negras. Muitas ações se tornam inférteis quando se reduzem apenas a enunciação da desigualdade. A reflexão e ruptura sobre e com o racismo, inerente às nossas instituições e presentes nas nossas abordagens pretensamente progressistas, na academia e na política, dificilmente vão partir de um movimento de dentro para fora.

E aí essa questão faz pensar que falar e agir – tendo em vista determinadas pautas – , para além da necessidade de dar visibilidade ou representatividade, é uma questão de sobrevivência para as mulheres negras. Quem fala, para quem se fala, além de por que se fala importa tanto ou mais do que se está falando. Por isso, tocar no ponto “racismo” no feminismo, e confortavelmente, apenas pontuar o problema será uma ação com menos efeitos que uma ruptura que parta da própria mulher negra, ao conquistar seu espaço e reivindicar sua voz.

5.2 INTERSECCIONALIDADE COMO INSTRUMENTO DE VISIBILIDADE DOS SUJEITOS DO FEMINISMO

O debate acerca do(s) sujeito(s) político(s) do feminismo é uma questão que tensiona a militância feminista e a academia pelo menos desde as décadas de 70 e 80, quando vão surgir, com contornos mais organizados, as reivindicações por mais voz e espaço por parte de mulheres negras, de cor e lésbicas nos Estados Unidos e Inglaterra. Essas novas correntes vão “arranhar” a ideia cristalizada de que existiria um sujeito uno do feminismo, que congregaria todas as mulheres através de condições comuns a todas e que resumiria, grosso modo, a mulher como sujeito do feminismo. Até então, para além das identidades locais, estariam as mulheres identificadas igualmente com uma só identidade. A identidade dessa categoria mulher estaria assentada em características biológicas e culturais, que seriam construídas socialmente e atravessavam o tempo e as sociedades (PISCITELLI, 2011).

Tal ideia, de mulher como uma categoria que abarcaria todas as experiências e vivências de todas as mulheres em um conceito binário (sexo e gênero) essencializava a condição mulher a uma característica biológica. Além disso, colocava no debate as experiências sociais tendo como elemento catalizador do mesmo as opressões sob uma categoria só: gênero. Seguindo esse raciocínio, todas as mulheres, invariavelmente, sofriam opressão de gênero assentada em sua diferenciação sexual, independentemente de classe e cor. A crítica, que nascerá dentro do próprio movimento, a partir das experiências e teorizações das mulheres negras, do terceiro mundo, mulheres lésbicas vai desestabilizar esse conceito. As denúncias contra o feminismo branco questionam a representação da mulher e dos problemas das mulheres e informam que esse mesmo feminismo ignorou a existência de mulheres cujas experiências são completamente diferentes.

A experiência de uma mulher branca dona de casa de classe média ou com nível universitário na década de 60, afinal, tem muito pouco em comum com a de uma babá, uma cozinheira, uma mãe solteira negra de um bairro pobre nos estados unidos (HOOKS, 1984). As questões que correspondiam à militância feminista, àquela época, giravam em torno da construção de uma cidadania para mulher, como direitos relacionados ao acesso ao mercado de trabalho, a propriedade, independência financeira, ao voto. Negligenciavam completamente as necessidades das mulheres mais pobres. A experiência da mulher branca de classe média vira uma referência para a luta por direitos ao mesmo tempo em que a opressões de classe e de raça passavam ao largo de toda a discussão (HOOKS, 1984).

A definição do sujeito político dentro do feminismo vai pautar o movimento de mulheres principalmente a partir da década de 70. Por muito tempo o sujeito do feminismo foi definido como a mulher que se diferenciava socialmente do homem (gênero) a partir de uma diferença biológica (sexo). Ao homem seria dado acesso completo à cidadania e vida política, que, para as mulheres, de maneira universal, eram esferas de acesso limitado. Em determinado momento, as tensões dentro do próprio movimento vão minar a ideia de uma unidade no sujeito político do feminismo. A suposta união de todas as demandas e necessidades das mulheres dentro de uma construção de um conceito de mulher universal passa a não fazer mais sentido. No entanto, essas ranhuras no conceito de sujeito político do feminismo vão enriquecer o debate na medida em que são inseridas as demandas de grupos invisibilizados, como as mulheres negras, periféricas, indígenas, lésbicas.

Para Claudia de Lima Costa (2003), é justamente essa diversidade que vai tornar o feminismo um movimento tão forte e destacado diante de outros movimentos e discursos. É a articulação de diferentes sujeitos, pautas e agendas que vai tornar o feminismo um movimento de resistência e contestação: ao mesmo tempo em que une diferentes perspectivas, ressalta a importância das singularidades. Sem cair na armadilha da fragmentação do sujeito em voga em discursos pós-modernos, levando em conta principalmente experiências materiais heterogêneas, o projeto do feminismo se materializa em práticas e agendas ainda consistentes, progressistas e propositivas.

O feminismo recorre ao conceito de mulher sem para isso cristalizar uma posição identitária fixa. Embora a categoria mulher deva ser sempre histórica e contextualmente localizada, ela é ainda a forma de fundamentar uma unidade contingente, sem que se deixe de levar em conta suas heterogeneidades. Claudia Lima Costa, citando Nancy Fraser, lembra as grandes discussões sobre diferença que permearam o feminismo desde a década de 60. O primeiro momento seria a fase de diferenciação com o homem e supremacia da diferenciação de gênero sobre as outras opressões. Essa fase dá seguimento às contestações das diferenças intragênero apontadas pelas mulheres de cor, do terceiro mundo e lésbicas e caracteriza o segundo momento desse debate. O terceiro momento, que vai ao encontro das ideias de interseccionalidade, ocorre quando se reconhece que diversas realidades se entrecruzam na formação de diferenciações entre os sujeitos, além do gênero, tais como, etnia, religião, nacionalidade, classe orientação sexual e geração. Costa vai explicar que:

Essas camadas de subordinação ou eixos da diferença encontram-se mutuamente imbricados, onde cada categoria produz efeitos articulatórios sobre as outras em contextos históricos e geográficos específicos, viabilizando, assim, posições a serem ocupadas pelos sujeitos enquanto estabelecem agendas teóricas e políticas. Essa terceira abordagem, partindo da noção de interseccionalidade, expande significativamente o conceito de gênero, passando a formulá-lo como parte do conjunto heterogêneo de relações móveis, variáveis e transformadoras do campo social. (COSTA, 2003)

A discussão dos diferentes sujeitos políticos do feminismo vai estar presente em quase todas as postagens relacionadas a interseccionalidade do Blogueiras Feministas. Inclusive a própria interseccionalidade ganha, algumas vezes, um caráter de identidade política, sendo referenciado um “feminismo interseccional”. Também é interpretada como uma forma de se materializarem as diversas identidades políticas numa ferramenta de análise ou a soma de diversas experiências colocadas, em espaços políticos como conferências e congressos de mulheres, por exemplo, que produziria composições caleidoscópicas colocadas em evidência na prática política:

Eu queria criar uma metáfora cotidiana que qualquer pessoa pudesse usar para dizer: é muito bom para mim entender os tipos de discriminações que ocorrem ao longo desta avenida, ao longo deste eixo, mas o que acontece quando ele flui para outro eixo, outra avenida? (CRENSHAW In ADEWUNMI, Blogueiras Feministas, 2014)

Kimberlé Crenshaw fala um pouco a respeito na postagem da jornalista londrina, freelancer e blogueira negra, especializada em cultura pop, feminismo e raça Bim Adewunm, autora do texto traduzido “Kimberlé Crenshaw sobre interseccionalidade: ‘Eu queria criar uma metáfora cotidiana que qualquer pessoa pudesse usar’”. Kimberlé conta que pensou a sua ferramenta de análise da realidade, a que chamou de interseccionalidade, visualizando uma situação bem prática: o caso em que várias mulheres negras processaram a Fábrica General Motors por esta estar agindo com discriminação de raça e gênero na alocação de pessoas em seus cargos de trabalho. Nesse caso, para as mulheres negras, a discriminação resultava num somatório de prejuízos pelo fato de serem mulheres (discriminação por gênero) e por serem negras (discriminação por raça). Elas não eram adequadas para os postos de trabalho reservada aos homens, por serem mulheres, e estavam aquém das “exigências” feitas para ocupação de vagas reservadas a mulheres por serem negras. O julgamento resultou em indeferimento das reivindicações das mulheres negras. Afinal, se homens negros e mulheres haviam sido empregados, não havia discriminação:

A interpretação dos tribunais foi de que as mulheres negras não podiam provar a discriminação de gênero, porque nem todas as mulheres foram discriminadas, e também não puderam provar a discriminação racial, porque nem todas as pessoas negras eram discriminadas. Uma associação de discriminações seria, aos olhos dos tribunais, constituir um tratamento preferencial, algo que ninguém poderia fazer. (ADEWUNM, 2014)

A partir desse caso específico, Kimberlé Crenshaw pensou na ideia de interseccionalidade como metáfora para explicar a sobreposição de discriminações (raça e gênero), uma proposição que facilitasse a leitura das múltiplas experiências de opressão que podem ser vivenciadas pelos sujeitos.

Interseccionalidade é uma sensibilidade analítica, uma maneira de pensar sobre a identidade e sua relação com o poder. Articulada originalmente em favor das mulheres negras, o termo trouxe à luz a invisibilidade de muitos cidadãos dentro de grupos que os reivindicam como membros, mas que muitas vezes não conseguem representá-los. O apagamento interseccional não é exclusivo das mulheres negras. Pessoas negras ou de outras raças/etnias dentro dos movimentos LGBT; meninas negras ou de outras raças/etnias na luta contra o sistema que empurra os jovens da escola para a cadeia; mulheres nos movimentos de imigração; mulheres trans dentro dos movimentos feministas; e as pessoas com deficiência lutando contra o abuso policial — todas essas pessoas sofrem vulnerabilidades que refletem as interseções entre racismo, sexismo, opressão de classe, transfobia, capacitismo e muito mais. A interseccionalidade deu a muitas dessas pessoas uma forma de destacar as suas circunstâncias e lutar por sua visibilidade e inclusão (CRENSHAW, 2015)

Em “Porque a interseccionalidade não pode esperar”, postagem de 2015 do Blogueiras Feministas, Kimberlé Crenshaw vai dizer, por outro lado, que a interseccionalidade já existia antes de ser formulada como uma categoria de análise. Mas que algo foi perdido, porque as meninas e mulheres negras continuam a serem as mais esquecidas nas políticas públicas e relegadas aos últimos patamares de cidadania. Então, embora a bandeira da interseccionalidade seja levantada por vários movimentos, apenas palavras não são suficientes para mudar a realidade. Por isso, a defesa da interseccionalidade deve ser feita através da tomada de medidas e ações concretas, através de abordagens inclusivas que reconheçam como as desigualdades de gênero, raça dentre outras se articulam para prejudicar as pessoas.

Debora Albu, conta, no seu post “Interseccionalidade na prática: descobertas e táticas”, sobre a satisfação que sentiu ao perceber como o conceito de interseccionalidade havia se concretizado para ela na sua frente, na ocasião de um congresso sobre feminismo e enfrentamento à violência contra a mulher, “[n]uma mesa composta por mulheres de

diferentes gerações, cores, territórios, ancestralidades e experiências [que] concretizou aquilo que a teoria, muitas vezes, fica aquém de dar conta”. Mestre em Gênero e Desenvolvimento pela London School of Economics e membra Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro (ITS Rio), Debora, uma mulher branca, fala do desafio que se coloca às feministas ao trabalhar a interseccionalidade, diariamente, em práticas e escutas acolhedoras, em que se abram espaços para o outro ou o que não é conhecido para, a partir dessa escuta, criarem-se conexões:

Mas e além de ouvir, o que acontece quando abrimos espaço para essa diferença? Não sei se tenho uma resposta, mas tenho certeza que produzimos algo a partir desse encontro. Mesmo que seja algo duro de ouvir, de sentir e de lidar. Algo que nos ajuda a moldarmos nossos feminismos de forma propositiva, em direções mais múltiplas e, por isso, mais coletivas (ALBU, 2015)

A ideia defendida não é a de consenso ou unidade, mas o encontro que permite acomodar diferenças comuns e construir coalizões sutis:

Não sei a vivência daquela pessoa, não sei o que marca ela, não sei o que ela passou. Quando colocamos isso em suspenso, abrimos espaço para o outro, o novo, aquilo que simplesmente não sabemos. Porque não temos como saber. Abrimos espaço para criarmos conexões, mesmo que finas e quase invisíveis, sobre aquilo que é comum entre eu e aquela pessoa (ALBU, 2015)

Debora pauta a necessidade de ser interseccional nas práticas cotidianas. E vai dizer que isso é uma construção diária dentro dos espaços feministas e não-feministas. Como isso pode ser concretizado não está, no entanto, ainda delineado ou não pode mesmo sê-lo em uma postagem apenas. Por se estar ainda em um processo de descoberta, ao mesmo tempo em que de compreensão do conceito, como fazê-lo, na prática, um instrumento de transformação? Isso não fica evidente muitas vezes nas postagens do Blogueiras Feministas. No entanto, a ideia de que estar aberta às diferentes vozes é um passo na direção da compreensão e da proposição de práticas mais inclusivas e, portanto, pautadas pelo viés da interseccionalidade se mostra, frequentemente, como o embrião de uma luta ainda a ser apropriada pelas mulheres.

Mas e além de ouvir, o que acontece quando abrimos espaço para essa diferença? Não sei se tenho uma resposta, mas tenho certeza que produzimos algo a partir desse encontro. Mesmo que seja algo duro de ouvir, de sentir e de lidar. Algo que nos ajuda a moldarmos nossos feminismos de forma propositiva, em direções mais múltiplas e, por isso, mais coletivas. O movimento feminista no Brasil tem se de/parado com o debate de vertentes de uma forma tão intensa que, muitas vezes, produz uma paralisação efetiva

de diálogos importantes para produzir tais direções de um caminhar mais coletivo. (ALBU, 2015)

Sendo a interseccionalidade uma ferramenta pensada concretamente para uma situação real que se colocou à frente da Kimberlé Crenshaw para mulheres negras que se viam duplamente oprimidas em sua identidade de mulheres e negras e não tinham sua condição reconhecida pela lei, como de nossa parte, aqui, poderíamos reivindicar esse conceito? A dificuldade de compreensão do próprio termo e a confusão colocada nos usos do mesmo têm dificultado a luta antirracistas e pró-LGBTs dentro dos movimentos sociais e da academia? Possivelmente, a própria Crenshaw pode nos alertar a respeito. Pois a discussão sobre interseccionalidade tem se alimentado de polêmicas e incompreensões desde sua “criação”. Kimberlé Crenshaw, nesse sentido, fala um pouco sobre a dificuldade de se compreender o termo:

Há, às vezes, uma incapacidade de fazer analogias, diz ela [Crenshaw]. As feministas que têm respostas para as questões sobre políticas de classe e como elas se relacionam com questões de gênero, por vezes, demonstram uma falta de vontade de aplicar os mesmos princípios em relação a feminismo e raça. “Essa capacidade de ser interseccional — mesmo que não se chame assim — não é replicada nessa [específica] discussão”, diz ela [Crenshaw]. Eu acho que o mesmo tipo de abertura, fluidez e vontade de interrogar o poder que nós, como feministas, esperamos dos homens com quem nos aliamos quando discutimos questões de classe, também deve ser a expectativa que as mulheres de cor têm em relação as feministas brancas aliadas”. (ADEWUNMI, Blogueiras Feministas, 2014)

Novamente, falamos aqui sobre um embate que se torna árduo dentro dos movimentos, incluindo o feminista: a falta de reconhecimento de alguns a respeito dos próprios privilégios, a escuta prejudicada pelo acomodamento, o espaço que não é compartilhado ou, até mesmo, que é completamente negado ao outro, ao diferente. Talvez, como uma ferramenta de análise ou observação, a interseccionalidade possa estar mais assentada em procedimentos previsíveis e descritíveis. Porém, o exercício de se colocar em prática um olhar sobre as diferentes opressões pode esbarrar com a necessidade de se ter que priorizar uma ou outra opressão no próprio processo de construção das lutas e reivindicação de espaços e direitos.

Raíssa Éris Grimm, mulher trans e doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no post “Interseccionalidade: como faz para não reproduzir mais exclusão para quem já está marginalizada?”, vai lembrar que é preciso também saber se ler e

assumir seus privilégios a fim de não perpetuar mais opressões no exercício da própria militância. Nesse sentido, a interseccionalidade se torna uma ferramenta essencial:

Interseccionalidade.

Localizar e levar em conta os diferentes recortes de opressão e privilégio que nos situam. É um campo de tensão constante... Por um lado, a gente precisa nomear quem nos oprime. A gente precisa nomear os privilégios que se constroem às custas do que nos violenta. Ao mesmo tempo, saber que esse lugar não é fixo, que a pessoa que nos oprime também pode ser oprimida, inclusive pela nossa própria forma de apontar a opressão dela (GRIMM, 2016)

Na sua experiência de mulher trans, Raíssa explica como é importante falar sobre as opressões vivenciadas por ela própria. Porém, afirma que não pode deixar de levar em conta seu local de privilégio, evidenciado em sua cor de pele (branca) e classe, determinantes de vantagens sociais que influenciam nas consequências de sua militância, tornando-a, algumas vezes, parte do processo de opressão. Nenhum espaço ou pessoa está livre de reproduzir opressões e violências, ela defende. A maneira, inclusive, de se elaborar a crítica a quem se oprime, as estratégias e formas de exposição dos privilégios de outros sujeitos devem estar sempre passíveis de serem analisadas e atualizadas de acordo com os diferentes contextos:

Como a gente faz pra segurar e não reproduzir mais exclusão pra cima de quem já tá marginalizada? Pra cima de quem já tem seus espaços de existência reduzida por todas as violências desse sistema? (...) Não posso me dar ao luxo de pressupor uma história única sobre todo mundo que me machuca. Não posso me dar ao luxo de adotar sempre as mesmas respostas contra toda transfobia — sem levar em conta de quem veio, em que contexto, e qual o peso que minha fala vai ter naquele momento. (...) Porque aquilo que não forma parte da vivência de vocês é sim bem difícil de entender. Assim como muitas das opressões que eu exerço me escapam (GRIMM, 2016)

A partir daí, ingressamos na ideia de interseccionalidade como uma ferramenta de tentativa de redução das distorções e reprodução de opressões colocadas em prática dentro da própria análise feminista. Um dispositivo de que se lança mão na leitura de realidades que reúnem uma série de opressões entrecruzadas. Embora a ideia de interseccionalidade tenha ganhado o pensamento *mainstream* sobre feminismo, ainda não estão completamente delimitados os seus significados para a prática política no movimento feminista. Nesse sentido, fica mais evidente a importância de se pensar modos de operar essa ferramenta, tendo

em vista que as opressões por que passam, principalmente, mulheres negras e periféricas continuam sendo um desafio para os coletivos e políticas de enfrentamento de desigualdades:

Falar das opressões que eu vivo, dar visibilidade a elas, não é um exercício teórico, é uma necessidade vital. É vital pra mim apontar e falar do poder que pessoas cisgêneras exercem, enquanto grupo, na minha vida. (...) A forma como outras pessoas apontam esses privilégios muitas vezes também reproduzem transfobia. Também reproduzem o hábito cisgênero por nos roubar a fala, o hábito cisgênero por querer nomear nossas vivências. Hábito cisgênero por nos distorcer, produzir em cima de nós a expulsão dos espaços comuns de convívio e resistência.” (GRIMM, 2016)

A cisnormatividade é um conceito que denota como saudáveis e normais pessoas nascidas com o gênero identificados com seu sexo, ou seja, pessoas cisgêneros, interpretadas (lidas) pela sociedade como base no conceito binário homem/mulher (BONASSI, 2017). A pauta das pessoas trans está, tanto quanto o de mulheres negras, em franca ascensão nos debates públicos atuais e em visibilidade nas redes sociais, na opinião pública e na agenda de pautas identitárias. No entanto, embora a agenda política das pessoas trans seja colocada nas postagens sobre interseccionalidade, a maior referência é dada à raça quando se trata de trabalhar outra categoria para além de gênero, na análise guiada por essa perspectiva dentro do Blogueiras Feministas.

Importante pontuar que a multiplicidade dos sujeitos e a fragmentação das identidades não torna a construção e luta do movimento feminista impossíveis, pelo contrário, é condição necessária para que se possam contemplar todas as variedades de realidades e demandas existentes em nossa sociedade. O feminismo comprometido com um projeto político verdadeiramente emancipador prescinde de qualquer formulação de sujeito que seja fixo e totalizante. Da mesma forma, a multiplicidade das relações que estabelecem os sujeitos entre si não são estanques no tempo e no espaço.

O feminismo atual se encontra em profunda e elaborada fase de reconhecimento da complexidade de segmentos de opressão que se relacionam entre si na formação da experiência dos sujeitos, os quais se articulam de maneiras diferentes considerando-se o contexto histórico e geográfico. Lidar com as diferenças, respeitando as subjetividades, sem cair na armadilha da dispersão é um desafio para a maior parte das lutas sociais. Nesse sentido, o feminismo conseguiu estabelecer um *modus operandi* em sua trajetória que pode ser colocado como referência para outros projetos políticos de construção democrática de uma nova sociedade.

5.3 INTERSECCIONALIDADE COMO CATALISADOR DE UM FEMINISMO DECOLONIAL

A modernidade colonial buscou classificar o mundo em categorias homogêneas. María Lugones nos diz que “A crítica contemporânea ao universalismo feminista feita por mulheres de cor e do terceiro mundo centra-se na reivindicação de que a intersecção entre raça, classe, sexualidade e gênero vai além das categorias da modernidade” (2014). Assim, a crítica colocada por essas mulheres, inclusive ao feminismo branco, desloca a visão moderna para o “ponto cego” que a lógica dicotômica e hierárquica de categorias, até então posta pela racionalidade homogênea, colocava. Em sendo essa lógica um pensamento dominante na construção de um olhar sobre as sociedades colonizadas, ela vai determinar também uma forma de interpretar e submeter o gênero, o sexo, o homem e a mulher do terceiro mundo.

María Lugones lança mão da ideia de colonialidade de Quijano (2005), para quem tal sistema se caracteriza como um dos padrões constitutivos do poder capitalista sobre o mundo e se impõe como uma forma de classificar as sociedades colonizadas em termos raciais e étnicos, duas esferas inseparáveis nesse modelo. Esse padrão perdura, para além do colonialismo, como forma de construção das experiências das sociedades colonizadas em termos de uma racionalidade baseada em padrões europeus etnocêntricos que têm consequências na formação histórica e nas relações de dominação das identidades criadas a partir dessa lógica. O eurocentrismo é compreendido, portanto, não somente como um padrão de pensamento mantido, unicamente, pelas matrizes de conhecimento e poder europeus, mas também retroalimentado pelos que estão sob sua dominação. Essa hegemonia de pensamento, que naturaliza uma divisão entre primitivos e civilizados, racionais e irracionais, interpõe-se como única racionalidade possível, anterior a todas as outras.

Nesse sentido, o apelo a um feminismo que dê visibilidade a experiências menos eurocêntricas e que combatam a homogeneização das experiências das mulheres é uma constante das postagens analisadas no Blogueiras Feministas. Pensar estratégias de inserção das pautas das mulheres que estão às margens do feminismo branco é motivo de inquietação, denúncia e questionamento da própria militância dentro de coletivos e organizações de mulheres e pontuado frequentemente nos textos das autoras do blog. Essa angústia, que é colocada nas postagens classificadas com o tema da interseccionalidade, chega mesmo a colocar uma interrogação sobre os rumos do feminismo muitas vezes, caso não sejam revistas as suas práticas. Da mesma forma que ocorre com relação às mulheres negras, a queixa recorrente, que se traduz nas postagens analisadas, é que, com outras identidades políticas,

ainda há que se compreender suas pautas, inserir as mulheres indígenas, tornar o feminismo menos europeu, portanto, menos elitizado e mais autônomo, um feminismo, portanto, decolonial:

Enquanto os movimentos feministas não incorporarem a pluralidade legítima das mulheres em sua militância, não estaremos lutando efetivamente pelos direitos das mulheres. Lutar pelos direitos das mulheres negras, indígenas, lésbicas, transgêneros ou transexuais passa por abrir mão de privilégios. Privilégios autenticados pela existência da mulher considerada sujeito de direitos, que é uma mulher branca, heterossexual, de classe média e alfabetizada. Olhar além do contexto privilegiado em que estou dentro de um movimento feminista, que condiciona suas bandeiras há uma mulher padrão que é sujeito de direitos, é um desafio e necessidade fundamental para qualquer mudança efetiva no atual quadro de violações de direitos humanos das mulheres em suas especificidades. É refletindo sobre nossos privilégios, na relação, na conversação e reconhecimento do outro enquanto legítimo que poderemos pensar estratégias e avançar por um feminismo cada vez menos branco, menos elitizado, menos europeu, mais autônomo e que faça real diferença na vida das pessoas. (DUTRA, 2013)

A lógica colonial estabelece classificações por raças que atravessam todas as relações de poder entre novas e velhas identidades racializadas criadas nos países colonizados. Trata-se de uma racionalidade fundante do eurocentrismo em todos os sistemas de poder e subjetividade. Essa é a maior característica do que podemos chamar de colonialidade e é a gênese de seu *modus operandi* no capitalismo colonial e moderno. A ideia de classificação por cor e fenótipo hierarquiza territórios, populações, naturaliza locais e padrões de usos de recursos na exploração imposta por um centro europeu e será aceito como natural e integrante da história original e geográfica do planeta. Essa distribuição etnocêntrica do poder no mundo capitalista se reproduz também na colonialidade do gênero:

Em todo o mundo colonial, as normas e os padrões formal-ideais de comportamento sexual dos gêneros e, conseqüentemente, os padrões de organização familiar dos ‘europeus’ estão directamente assentes na classificação ‘racial’: a liberdade sexual dos homens e a fidelidade das mulheres foi, em todo o mundo eurocentrado, a contrapartida do ‘livre’ – ou seja, não pago como na prostituição, a mais antiga na história – acesso sexual dos homens ‘brancos’ às mulheres ‘negras’ e ‘índias’, na América, ‘negras’, em África, e de outras ‘cores’ no resto do mundo submetido (QUIJANO, 2014).

María Lugones vai além e propõe uma colonialidade de gênero diferente, que não se reduz somente à reificação dos seres não-humanos colonizados e ao acesso aos corpos das

mulheres. Na sua lógica, o homem e a mulher colonizados tornam-se macho e fêmea, por não serem nem homens nem mulheres. Onde:

Machos tornaram-se não-humanos-por-não homens, e fêmeas colonizadas tornaram-se não-humanas por- não-mulheres. Consequentemente, fêmeas colonizadas nunca foram compreendidas como em falta por não serem como-homens, tendo sido convertidas em viragos. Homens colonizados não eram compreendidos como em falta por não serem como-mulheres. O que tem sido entendido como “feminização” de “homens” colonizados parece mais um gesto de humilhação, atribuindo a eles passividade sexual sob ameaça de estupro. Esta tensão entre hipersexualidade e passividade sexual define um dos domínios da sujeição masculina dos/as colonizados/as. (LUGONES, 2014)

A colonialidade de gênero funciona, portanto, estabelecendo uma relação de oposição hierarquizante entre o que é humano e o que não é, que recai sobre a distinção de gênero. As populações “não-civilizadas” não são consideradas humanas. Essa ideia integrou o que podemos chamar de sistema colonial de gênero que vai permear toda as relações e interações de homens e mulheres nos países de terceiro mundo. Faziam parte da missão civilizatória dos colonizadores, a partir desta dicotomia hierárquica de gênero, a submissão violenta dos corpos dos colonizados (reproduzidos em violações, abusos de todo tipo), estupros, exploração, estigmatização e desumanização.

Porém, nesse espaço de classificação dos seres baseado na colonização de gênero, abre-se uma fenda para a resistência (ponto-cego), pois a ideia de seres oprimidos é apenas uma leitura parcial sobre a história de homens e mulheres do terceiro mundo. Nesse sentido, María Lugones propõe pensar uma construção não-colonizadora através da possibilidade de resistência. Mas essa resistência não se expressa, necessariamente, como uma agência política pública, do sujeito moderno, concretizada em ações políticas de contestação em um sentido clássico, pois “legitimidade, autoridade, voz, sentido e visibilidade são negadas à subjetividade oposicionista” (2014). Pelo contrário, a resistência nesses termos não será a regra. Pois a “subjetividade que resiste com frequência se expressa infrapoliticamente”:

A infrapolítica marca a volta para o dentro, em uma política de resistência, rumo à libertação. Ela mostra o potencial que as comunidades dos/as oprimidos/as têm, entre si, de constituir significados que recusam os significados e a organização social, estruturados pelo poder. Em nossas existências colonizadas, racialmente gendradas e oprimidas, somos também diferentes daquilo que o hegemônico nos torna. Esta é uma vitória infrapolítica. (LUGONES, 2014)

O desejo, nesse sentido, ou a reivindicação da questão num sentido de proposição de um feminismo diferente é um dos tons dessa empreitada de se falar sobre interseccionalidade. Interessante observar como, numa postagem comemorativa do Dia Internacional da Mulher (o 8 de Março), uma das autoras dá ao texto um tom um pouco debochado de pedido. A postagem é, na verdade, literalmente, uma carta a ser enviada a Papai Noel, em que se brinca com a ideia de que a data já está tão estereotipada e construída com base em fantasia e piadas, que nada mais coerente que seja feito um pedido do tipo (talvez tendo como referência o apelo comercial capitalista do 8 de Março, que lembraria, em muito, as festividades natalinas). No texto, Camila Magalhães Gomes pede:

Que possamos nos descolonizar, evitar universalizações e generalizações opressivas que fazem amalgamar — e não raro apagar — os tão amplos espectros da luta de mulheres: mulheres cis, mulheres hétero, mulheres homo, mulheres trans, mulheres bi, pessoas não-binárias, travestis, mulheres brancas, mulheres negras, mulheres indígenas, mulheres com deficiência. Que sempre tenhamos em mente que a lista que fazemos é limitada e temporária, sujeita à reconstrução constante que, na maioria das vezes, será determinada pela luta de outras que nos mostrarão o quão colonizante podemos ser. (GOMES, 2015)

Camilla Magalhães Gomes é doutora em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília. Atua como professora da área de Direito Penal, Direito Processual Penal e Instituições Jurídicas e em projetos de extensão na área de Violência Doméstica, além de ser pesquisadora. A proposta, portanto, é de uma prática de resistência subjetiva que vai se deslocar de um feminismo de mulheres de cor para um feminismo decolonial, que vai pensar a subalternização das mulheres de terceiro mundo por meio de uma imposição de processos articulados de racialização, exploração capitalista, colonização e heterossexualismo:

Minha intenção é enfocar na subjetividade/intersubjetividade para revelar que, desagregando opressões, desagregam-se as fontes subjetivas e intersubjetivas de agenciamento das mulheres colonizadas. Chamo a análise da opressão de gênero racializada capitalista de “colonialidade do gênero”. Chamo a possibilidade de superar a colonialidade do gênero de “feminismo descolonial”. (LUGONES, 2014)

Essas ideias são incorporadas e naturalizadas da lógica da colonialidade, um dos maiores instrumentos de dominação e exploração das populações do terceiro mundo. Nesse sistema, a lógica imposta sobre a noção de corporalidade é mais evidente, porque é sobre os corpos que vai se dar o grau máximo de submissão:

Na exploração, é o ‘corpo’ que é usado e consumido no trabalho e, na maior parte do mundo, na pobreza, na fome, na má nutrição, na doença. É o ‘corpo’ o implicado no castigo, na repressão, nas torturas e nos massacres durante as lutas contra os exploradores. Pinochet é um nome do que ocorre aos explorados no seu ‘corpo’ quando são derrotados nessas lutas. Nas relações de gênero, trata-se do ‘corpo’. Na ‘raça’, a referência é ao ‘corpo’, a ‘cor’ presume o ‘corpo’. (QUIJANO, 2014)

Nesse sentido, Quijano também vai propor que a luta contra o tipo de sujeição imposta pela colonialidade passa, necessariamente, pela esfera da corporeidade, o nível mais material e naturalizado de incorporação das relações sociais e de poder baseadas nas ideias eurocêntricas de dualidades e dicotomias. E a resistência a esse sistema atravessa a autonomia e tomada de controle sobre “as instâncias básicas de sua existência social: trabalho, sexo, subjetividade e autoridade” (QUIJANO, 2014).

É em forma de carta também que outra autora, Barbara Sostaita, ativista latina, pesquisadora da área de religião e escritora, vai falar para mulheres que estão à margem de um feminismo *mainstream*, branco e elitista. Mulheres que estão na luta, num contexto de recrudescimento de direitos e ameaças às minorias nos Estados Unidos, “Uma carta de amor para minha irmã na era Trump”. A referência a outros contextos de dura exploração e opressão coloniais e genocidas é inevitável e dá “a liga” para contextualizar uma experiência atual, que remete, no entanto, a resistências ancestrais, vivenciadas naquele país e nos países que sofreram golpes com apoio norte-americano. A desesperança, o desamparo e a desilusão compartilhados por tantos agora atualizados em nossa época:

Mulher não-branca, mulher ousada, mulher corajosa. Mulher imigrante que enfrentou o deserto para estar aqui. Mulher muçulmana que sempre encontra uma maneira de levantar após a queda. Mulher negra que aprendeu a cuidar da própria ferida e fazê-la cicatrizar quando o mundo disse que você não era merecedora. Mulher queer cuja própria existência é um ato de resistência. Os dias à frente serão sombrios. Serão dias difíceis. E não há como dourar a pílula. Mas hoje você me inspira. E eu quero que você saiba que eu vejo você. Eu vejo sua beleza. Eu vejo sua força. Eu vejo sua luz. Obrigada por brilhar. (SOSTAITA, 2016)

Em outra postagem, num relato sobre a experiência de participação no II Encontro Latino-Americano de Mulheres (ELLA), realizado em Cochabamba (Bolívia), as jornalistas latino-americanas, Milagros Olivera, Constanza Portnoy e Florencia Goldsman, questionam até que ponto um encontro que se colocava como diverso e representativo concretizava esse discurso dentro de suas próprias práticas. Dentre os relatos apresentados, chama atenção,

principalmente, o de que mulheres da comunidade (Villa Coronilla) onde o evento foi realizado não tinham tido representação.

(...) Perguntamos ao comitê organizador o motivo pelo qual as mulheres de Villa Coronilla não estavam presentes. A resposta foi que elas foram informadas pela internet, mas decidiram não participar. Uma resposta simples e pouco comprometida com o que pretendia ser um espaço vivo, gerador e articulador de múltiplos encontros. Por outro lado, vemos filtrado nessa resposta um discurso acultural, globalizante e com tintas patriarcais que perde de vista o contexto sociocultural. Basta dar um passeio pela comunidade e conversar com as pessoas locais para entender que a lógica ali é o boca-a-boca e convites impressos em folhetos debaixo da porta das casas. Portanto, se havia orçamento para passagens aéreas, acomodações em hotéis e refeições para mais de 250 mulheres representantes de Nossa América, será que não restou nada para imprimir folhetos? (GOLDSMAN, OLIVERA, PORTNOY, 2015)

As práticas dentro do próprio movimento são criticadas sob um viés que questiona a que tipo de feminismo é dado importância na ocasião do encontro e que tipo de atitudes contraditórias se lançavam mão num contexto de um evento que fazia referência à própria resistência local de mulheres de Cochabamba, “As Heroínas de Coronilla”. A história conta que, na Guerra da Independência da Bolívia, em 1812, o general Jose Manuel de Goyeneche atacou a cidade e as mulheres integraram a principal ação de resistência construindo barricadas na colina de San Sebastian, lugar conhecido como La Coronilla, impondo a derrota ao exército real. Tal episódio remete, necessariamente, a um embate anticolonial e poderia inspirar ainda outras resistências, mas deixa de ser incorporado verdadeiramente ao evento para virar apenas alegoria.

Nesse sentido, remetendo ao que María Lugones reivindica como feminismo decolonial, a proposta ali deveria ser a de enxergar a diferença colonial e resistir ao “hábito epistemológico de apagá-la” (Lugones, 2005). Como pessoas que estamos no processo de luta contra a colonialidade de gênero, conhecendo-nos umas as outras e aprendendo sobre resistências, María Lugones faz algumas provocações difíceis de ser respondidas:

Como aprendemos umas das outras? Como faremos isso sem nos causar dano, mas com a coragem de retomar a tessitura do cotidiano que pode revelar profundas traições? Como nos entrecruzarmos sem assumir o controle? Com quem fazemos esse trabalho? O teórico aqui é imediatamente prático. Minha própria vida – as maneiras de usar meu tempo, de ver, de cultivar um pesar profundo – é animada por uma grande ira e dirigida pelo amor que Lorde, Emma Pérez e Sandoval nos ensinam. Como praticamos umas com as outras, engajando-nos em diálogo na diferença colonial? Como saber que estamos fazendo isso? (LUGONES, 2014)

Mas, felizmente, não nos deixa sós e nos dá pistas:

Não seria porque aquelas de nós que rejeitam a oferta – feita repetidamente por mulheres brancas em grupos de conscientização, conferências, oficinas e reuniões de programas de estudos de mulheres – percebem-na como um fechar de portas à coalizão que iria realmente nos incluir? Não seria o caso de termos sentido uma noção de reconhecimento tranquila, plena e substancial quando perguntamos: “O que significa seu ‘nós’, mulher branca?” Não seria o caso de termos rejeitado a oferta a partir do lugar de Sojourner Truth e estarmos prontas para rejeitar a resposta delas? Não é o caso de termos recusado a oferta na diferença colonial, certas de que para elas havia somente uma mulher, uma realidade apenas? Não seria o caso de já nos conhecermos umas às outras como videntes múltiplas na diferença colonial, concentradas em uma coalizão que nem começa nem termina com essa oferta? Estamos nos movendo em um tempo de encruzilhadas, de vermos umas às outras na diferença colonial construindo uma nova sujeita de uma nova geopolítica feminista de saber e amar. (LUGONES, 2014)

Em um texto de Ava Vidal, mulher negra e comediantes inglesa, “‘Feminismo Interseccional’. Que diabos é isso? (E porque você deveria se preocupar)”, a autora alerta para o fato de o feminismo estar perdendo espaço e identificação entre as massas por não conseguir dialogar com as diferentes demandas de mulheres que não correspondem ao modelo padrão do feminismo branco. Vidal lembra, no post, de uma experiência pela qual passou ao conversar sobre feminismo com uma mulher muçulmana que dizia odiar o feminismo.

Enquanto conversávamos, ficou evidente que o problema dela era com o feminismo majoritário. Ou seja, o feminismo que é esmagadoramente branco, classe média, cisgênero e capacitista. Quando vozes são marginalizadas dentro de um movimento, até o ponto em que há mulheres que nem sequer pensam que o feminismo é para elas, o único resultado disso é que o movimento está enfraquecido e cada vez menos eficaz. Por exemplo, tenho ouvido as feministas tradicionais que estão tentando proibir o véu apesar da resistência de mulheres muçulmanas, afirmam que elas não sabem o se passa em suas próprias mentes, e querer usar o véu é o resultado óbvio dessa doutrinação. (VIDAL, 2014)

Pensar a interseccionalidade no feminismo como algo que ultrapassa o reconhecimento de que existem vários tipos de opressão vai além da simples nomeação e enumeração dessas opressões. A autocrítica na prática das feministas e na abordagem de diferenças, principalmente culturais, está na base de um feminismo que se quer plural. Um feminismo pensado como majoritariamente branco, de classe média, ocidental não tem porque não ser considerado alheio a vida de milhões de mulheres, se suas práticas não acenam para um radical deslocamento do seu eixo ainda permeado pela lógica colonialista.

5.4 INTERSECCIONALIDADE COMO POSSIBILIDADE DE UM FEMINISMO DA DIFERENÇA

A categoria Feminismo da Diferença que utilizo aqui vai beber da noção de feminismo da diferença e consciência mestiça de Gloria Anzaldúa, que reporta à introdução do debate sobre as diferenças (além das de gênero) de sexualidades, étnicas e pós-coloniais no bojo do feminismo. As ideias de Gloria Anzaldúa, transmitidas através da sua própria experiência no ofício de escritora e poeta chicana, colaboraram com a introdução do debate interseccional no feminismo por meio do sujeito subalterno chicano, que reúne uma identidade mestiça como um novo sujeito do feminismo. Uma mestiça que borra as noções de território e nacionalidade, mas, que ao mesmo tempo, irmana-se com todas as mulheres, visto que, não tendo raça, pertence a todas elas (como lésbica, tornou-se invisível para sua comunidade, embora sua condição exista em todas), e não tendo cultura (por ser feminista e desafiar as crenças religiosas) a tem a todas.

Marcado por uma subjetividade nômade moldada a partir de exclusões materiais e históricas, o sujeito subalterno/chicano de Anzaldúa articula uma identidade mestiça que já antecipava a crítica ao pensamento binário e a modelos de hibridismo cultural ancorados em noções de assimilação e cooptação. Enfatizando que os terrenos da diferença são mais que nunca espaços de poder, a autora complica radicalmente o discurso feminista da diferença. Migrando pelos entre-lugares da diferença, mostra como esta é constituída na história e adquire forma a partir de articulações sempre locais suas mestiçagens múltiplas revelam simultaneamente mecanismos de sujeição e ocasiões para o exercício da liberdade. (COSTA, ÁVILA, 2005)

Em “Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo”, a autora vai convidar as mulheres de cor, aquelas que “falam em línguas”, a língua dos loucos, um discurso nunca ouvido, a colocarem no papel suas experiências de mulheres a quem nunca foi autorizada escrita. A proposta é subverter a lógica imposta à mulher do terceiro mundo e resistir ao modelo que se quer impor às mulheres de cor que estão inseridas na produção literária. Gloria Anzaldúa convida a uma escrita que não negue a identidade dessa mulher de cor, chicana e que combata a ideia estereotipada de mulheres do terceiro mundo:

Nós anulamos, nós apagamos suas impressões de homem branco. Quando você vier bater em nossas portas e carimbar nossas faces com ESTÚPIDA, HISTÉRICA, PUTA PASSIVA, PERVERTIDA, quando você chegar com seus ferretes e marcar PROPRIEDADE PRIVADA em nossas nádegas, nós

vomitaremos de volta na sua boca a culpa, a auto-recusa e o ódio racial que você nos fez engolir à força. Não seremos mais suporte para seus medos projetados. Estamos cansadas do papel de cordeiros sacrificiais e bodes expiatórios. (ANZALDÚA, 1980)

Em consonância com a escrita que não deveria estar lá mas está, no post “Crônicas Nada Diárias de Uma Feminista Interseccional”, de 2016, Camilla Cerdeira explica como é difícil para ela, convidada a escrever para o Blogueiras Feministas, sentir-se capaz de fazê-lo sendo o que é. Identificando-se como uma mulher cis, negra, bissexual, nordestina, nerd, bipolar escritora, fotógrafa, conta que nunca se sentiu completamente acolhida em suas especificidades em nenhum grupo ou espaço. Por isso, para Camila, o convite para falar sobre interseccionalidade no blog soa estranho, ao mesmo tempo em que lhe parece mais do que adequado (por ser ela uma mulher que carrega tantas opressões em sua vivência):

Eu não vou escolher que parte da minha identidade é mais acessível ou mais aceita. Essa sou eu, esse mar de rótulos e identidades, uma completa confusão e que na maior parte do tempo eu não consigo compreender. Sou todas as minhas dores, mazelas e medos. Todos os meus erros e os meus acertos também. (CERDEIRA, 2016)

Em outra postagem intitulada “Feminismo e Saúde Mental”, a mesma Camila Cerdeira aceita de novo o convite e fala como a militância dela pode ser afetada por seu transtorno bipolar e sobre como ela tentou fazer com que isso não afetasse, para além de outras, mais essa esfera da sua vida. Concluindo, no entanto, que um feminismo que não aceita e acolhe essa situação, com todas as limitações e particularidades que ela acarreta, não pode ser considerado um feminismo interseccional. Essa sua realidade, a de mulher neuroatípica, precisaria integrar o debate do feminismo tanto quanto a sua raça e sexualidade.

Eu não me torno menos feminista ao deixar de ir para um ato de protesto porque não consegui encontrar forças para sair da cama numa crise depressiva. Ou, se eu for uma garota de 26 anos que parou de ir para as rodas de discussão depois de ouvir tantos relatos de assédio, pois agora tem crises de ansiedade ao sair de noite pela rua. Ou, se sou aquela feminista que expõe suas opiniões pessoais sobre alguns temas num programa em rede nacional e agora está sendo atacada por ‘feministas’ com opinião divergente da dela e precisou tirar um tempo fora da militância. Estamos esquecendo que o feminismo é um movimento por essência plural, afinal somos muitas mulheres com muitos quereres. Divergência teórica, desde que não agrida a existência do outro, não deveria ser um problema. (CERDEIRA, 2017)

No tom de um feminismo que abrace todas as singularidades das mulheres, a ideia de um feminismo da diferença em Gloria Anzaldúa vai, justamente, de encontro a uma perspectiva simplista de um sujeito em que as diferentes opressões se somam. Pelo contrário, nele, as identidades fluiriam num processo (ÁVILA, COSTA, 2005). Seu discurso sobre a diferença aponta para um lugar híbrido, um feminismo das bordas, migratório, inconstante, transitório, mas que, ao mesmo tempo, não prescinde de alianças. Ela antecipa também a perspectiva interseccional trabalhando com as ideias de que identidade e diferença não podiam ser tratados como categorias ou grupos estanques, mas como processos em que as pessoas se envolvem, cada uma a sua maneira e provisoriamente, em busca de uma noção de pertencimento. Além das ideias sobre políticas identitárias, Gloria Anzaldúa trabalha a ideia de política de alianças, que vai desenvolver estratégias flexíveis e contingentes:

Anzaldúa também demarcou sua resistência ao redirecionamento de discursos normatizantes sobre a perspectiva interseccional desenvolvida por teorias feministas e *queer* a partir dos anos 1980. Enfatizou a necessidade de se manter uma perspectiva de alianças sem perder de vista a especificidade histórica de cada instância de luta: longe de antecipar qualquer garantia de correspondência entre uma política supostamente homogênea de se viver a fronteira e o conteúdo emancipatório que se pode esperar dela, a teoria de Anzaldúa exige discernir cada construção de conteúdos. (ÁVILA, COSTA, 2005)

Audre Lorde, por sua vez, se comunica conosco para dizer sobre como as diferenças podem ser potência, nos convocando a dizer as coisas, ainda que elas possam ser rejeitadas. Apesar do medo, das palavras que faltam, é preciso falar e aprender a trabalhar com as palavras, como se aprende a trabalhar apesar do cansaço. Porque seria o silêncio, e não as diferenças, que separariam as pessoas. Por isso é responsabilidade nossa colocar para fora essas palavras, compartilhar, sem medo do julgamento ou da visibilidade.

Transformar o silêncio em linguagem e em ação pode revelar perigos porque é um ato de revelação de si mesma. Porém ela nos chama a esse dever e nos questiona se estamos fazendo esse nosso trabalho ou continuamos a engolir as tiranias para morrer em silêncio (LORDE, 1977):

Não nos escondamos detrás das falsas separações que nos impuseram e que tão seguidamente as aceitamos como nossas. Por exemplo: “Não posso ensinar a literatura das mulheres Negras porque sua experiência é diferente da minha”. Entretanto, durante quantos anos ensinaram Platão, Shakespeare e Proust? Ou: “Ela é uma mulher branca, o que ela pode dizer para mim” Ou: “Ela é lésbica... O que vai dizer o meu marido, ou meu chefe?” Ou

ainda: “Esta mulher escreve sobre nossos filhos, e eu não sou mãe”. E assim todas as outras formas em que nos abstraímos umas das outras. (LORDE, 1977)

Em “Irmã Outsider Audre Lorde”, post de 2014, María Ptqk explica como, com simplicidade, Audre Lorde consegue explicar como as diferenças entre as mulheres pode se transformar em uma potência para a construção de resistências contra um sistema patriarcal e racista:

Mas então, o que significa a diferença entre as mulheres para a luta das mulheres? Como construir um espaço comum se o lugar que ocupamos não é, nem pode ser o mesmo? Como podem as ferramentas de uma sociedade patriarcal e racista servirem para examinar os frutos desse mesmo patriarcado racista? Estas são as grandes perguntas que atravessam a obra de Lorde. “O que nos separa não são as nossas diferenças, e sim a resistência em reconhecer essas diferenças e enfrentar as distorções que resultam de ignorá-las e mal interpretá-las. Quando nos definimos, quando eu defino a mim mesma, quando defino o espaço onde eu sou com você e o espaço onde não sou, não estou negando o contato entre nós, nem estou te excluindo do contato – estou ampliando nosso espaço de contato” (PTQK, 2014).

Encarar as diferenças como ferramentas que possibilitam alianças, ainda que transitórias e contingentes, é uma lição que se pode tirar das experiências de resistências de mulheres negras e do terceiro mundo. Embora haja muito mais perguntas que respostas sobre como na prática concretizar essas alianças, a discussão sobre interseccionalidade nos aponta alguns caminhos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre interseccionalidade apresentada nas postagens da seleção desta pesquisa nos informa sobre cruzamentos entre identidades políticas colocadas de diferentes formas. As autoras, a partir de suas experiências pessoais ou não, constroem uma noção de interseccionalidade através da articulação de conceitos como sujeitos políticos do feminismo, raça, decolonialidade e feminismo da diferença, que vai estar presente em quase todas as postagens. O acesso à informação e a disseminação da mesma pela internet é um instrumento que pode ser utilizado para promover emancipação, ao mesmo tempo que vai suscitar novas contradições, inerentes a uma sociedade desigual e injusta. Nesse sentido, as redes sociais os blogs pessoais e coletivos se tornaram um meio inegável de participação nos processos de construção do conhecimento. Num momento de claro retrocesso político e social, a perspectiva de espaços virtuais em que debates como interseccionalidade são colocados, a partir, inclusive, de referências teóricas sólidas e por meio de traduções colaborativas de material que antes não era acessível na língua portuguesa, pode ser considerado um alento. Porém vale interrogar o alcance dessas iniciativas sempre, ao mesmo tempo em que se proponham maneiras e modos de promover a ampliação desse alcance.

As narrativas construídas sobre ser e estar no mundo como mulher são bem-vindas, principalmente, quando acompanhadas de um recorte tão rico quanto o que a interseccionalidade pode proporcionar. As categorias identificadas nas postagens do Blogueiras Feministas, Raça, Sujeitos do Feminismo, Decolonialidade e Feminismo da Diferença, através das quais eu identifico as articulações realizadas sob a lente da interseccionalidade, demonstram a profundidade do debate produzido no blog e presente na maior parte das discussões levantadas naquele espaço. Por isso, considero que o blog Blogueiras Feministas realiza um trabalho raro de conduzir, problematizar e comunicar, principalmente, de uma maneira mais simples do que os jargões acadêmicos permitem, os principais temas relacionados a uma perspectiva emancipadora de liberdade e igualdade para as mulheres de todas as cores e mundos.

Penso que localizar um perfil mínimo das autoras é necessário para que a produção dos textos e sua consequente análise não fique descolada de uma realidade material inerente e determinante desta produção. As mulheres que produziram o conteúdo são pessoas com acesso a leituras, formação acadêmica, privilégios de estarem inseridas nos espaços de produção do saber acadêmico, ainda que mulheres negras e trans. O Blogueiras Feministas,

nesse recorte proposto e estabelecido pelas categorias interseccionalidade, não rompe com o academicismo e muitas vezes com a formalidade que normalmente hegemoniza as teorizações sobre o movimento feminista. Nesse sentido, sabendo-se sobre quem escreve, provoca-se a inquietação sobre para quem (e, por isso, para quê) se está produzindo o referido conteúdo. Será que as reflexões ali desenhadas vão encontrar eco apenas em espaços já iniciados e familiarizados com as teorias e debates feministas?

Retomando os objetivos dessa pesquisa, dentre os quais está o de fazer uma ligação entre produções na internet sobre feminismo e teorias acadêmicas sobre o tema, o encontro se torna evidentemente profícuo. O blog traduz para uma linguagem não acadêmica conceitos e perspectivas complexas, quase que sob uma proposta jornalística, ao trazer para um público mais amplo debates até então desconhecidos ou mesmo abordar temas em voga nas rodas de conversa das universidades, congressos e eventos feministas. Nesse sentido, os encontros são felizes e o diálogo flui naturalmente. Mas ainda é difícil antever o processo pelo qual se desdobram essas discussões e até que ponto se atinge um público realmente diverso, por mais que se trate de um site aberto (um blog, afinal), acessível a alguns cliques. Tendo em vista uma realidade ainda persistente de dificuldades de leitura e compreensão apresentadas pela maioria da população brasileira, a linguagem do blog não parece se comunicar com um perfil menos escolarizado. Isso traz à tona alguns desafios, mas também oportunidades de se pensar novos formatos e linguagens para expressão e envolvimento de mais pessoas sobre o feminismo.

O esforço por ampliar o debate, trazendo em linguagem mais acessível, para mais pessoas, através da internet, o conceito de interseccionalidade deve ser valorizado e cada vez mais replicado. Embora não seja uma categoria nova, a interseccionalidade ainda está sendo incorporada nos debates, inclusive acadêmicos, no Brasil. Seus sentidos ainda estão em disputa e talvez, por isso, ainda não são completamente compreendidos os possíveis usos e consequências da sua aplicação. Visivelmente, não se chega a um consenso sobre a sua natureza. Uma hora, apresenta-se como ferramenta analítica e, em outro momento, como princípio a guiar as ações e práticas dentro do feminismo, sendo, inclusive, reivindicado como uma identidade política: feminismo interseccional.

Como uma ferramenta caleidoscópica, a interseccionalidade permite enxergar além das classificações estanques, onde não se somam, simplesmente, as diferentes categorias de análise. Mas, pelo contrário, permite-se o processo de enxergar e dialogar com as experiências diversas, o que amplia a perspectiva feminista para uma nova forma de construção de agências para os sujeitos do feminismo e para uma nova potência de resistência

epistemológica e política. No entanto, há que se ressaltar que as abordagens sobre a categorias da interseccionalidade não conseguem esgotar nem vencer o desafio que essa mesma categoria coloca para os movimentos feministas. O espaço do blog funciona, muitas vezes, como um diário em que se confessam incertezas ou suspeitas nesse processo de tatear “a outra” na experiência dos coletivos e movimentos. Por outro lado, o Blogueiras Feministas expande o contato entre um público “leigo” e distanciado dos debates teóricos acadêmicos, ao inserir, em suas postagens, tentativas reiteradas de esmiuçar um conceito e categoria analítica tão complexo quanto a interseccionalidade. A disposição e organização das narrativas deixa claro que ainda está sendo trilhado o caminho de uma construção coletiva por espaços mais inclusivos e com mais práticas de olhares sobre os entrecruzamentos das diferentes experiências e opressões.

As interrelações entre as diversas opressões não constituem uma ideia nova nem uma demanda que surgiu a partir do contexto em que Kimberlé Crenshaw cunhou o conceito de interseccionalidade. No entanto, a partir do seu modelo de identificação das formas de subordinação, calcado sempre, em suas explanações, em exemplos materiais e contemporâneos, e porque foi pensado, inclusive, para situações de discriminação dentro do próprio sistema de leis e programas de garantias de direitos, a interseccionalidade se tornou uma maneira mais objetiva de chamar atenção ativamente para o cruzamento de opressões, principalmente, as de gênero e raça, alçando-se a categoria analítica. Isso também por se firmar sobre um discurso que ativamente pretende guiar políticas públicas e que reivindica um olhar especialmente atento aos cruzamentos das discriminações racial e de gênero no sentido de evidenciar o maior prejuízo que elas impõem sobre a vida das mulheres negras.

No entanto, compreendendo o modo como o conceito tão rico e complexo, se apresenta, é plausível enxergá-lo mesmo como uma representação da miríade de demandas e desejos subjacentes ao momento crítico e urgente em que vivemos. Da mesma forma, a perspectiva de se estudar as militâncias que se dão em rede, incluindo pela internet, tem se mostrado de extrema relevância. A internet ocupa hoje um lugar central e determinante para a política global e compreender as formas e seus usos passa por entender e se municiar de ferramentas de resistência. Apropriar-se dessa linguagem, desses espaços virtuais, passou a ser uma necessidade de praticamente todas as formas de resistência e movimentos. Por isso, esse trabalho se constrói no sentido também de deslocar olhares acostumados, preconceitos travestidos em criticidade estéril e ignorância pernicioso, que engessa debates e inviabiliza o cruzamento de conhecimentos, olhares e experiências. Estudar as formas que determinados movimentos sociais produzem conhecimento e expandem práticas é uma tarefa difícil, que

necessitará de um esforço em várias direções. Quando retomo a trajetória dessa dissertação, fica muito evidente para mim o desafio de permitir e defender uma perspectiva de construção de um conhecimento interdisciplinar e o desejo de somar experiências e destacar espaços e ferramentas de atuação pouco visibilizados. Por outro lado, observo, no aparecimento da categoria interseccionalidade no debate mais acessível ao público em geral, os percalços de se trabalhar uma ferramenta pouco compreendida. Trata-se, portanto, de uma tentativa de também ir Tateando e descobrindo, um pouco às cegas, os limites e possibilidades de cada espaço e linguagem.

O desafio que encontro e interpreto como sendo o principal, a partir das observações propiciadas por esse trabalho, é o de que colocar em prática as demandas e possibilidades de uma ferramenta como a interseccionalidade na construção de políticas ou de ações dentro e fora dos movimentos políticos e organizações feministas é uma tarefa que, muitas vezes, não consegue vencer o mero discurso ou fetiche da enumeração de opressões. Por isso, a necessidade das próprias mulheres negras, periféricas, lésbicas contarem as suas histórias, delinearem os seus feminismos, desenharem a prática e construírem, a partir de suas experiências e histórias de resistência ancestrais, coloca-se como uma demanda urgente.

REFERÊNCIAS

AÇÃO EDUCATIVA; INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. Indicador de Alfabetismo Funcional -Inaf. **Estudo especial sobre alfabetismo e mundo do trabalho**. São Paulo, maio de 2016. Disponível em: <<http://www.ipm.org.br>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

ADEWUNMI, Bim. **Kimberlé Crenshaw sobre interseccionalidade: “Eu queria criar uma metáfora cotidiana que qualquer pessoa pudesse usar”**. Blogueiras Feministas. 25 de julho de 2014. Disponível em <<https://blogueirasfeministas.com/2014/07/25/kimberle-crenshaw-sobre-interseccionalidade-eu-queria-criar-uma-metaphora-cotidiana-que-qualquer-pessoa-pudesse-usar/>>

ALBU, Debora. **Interseccionalidade na prática: descobertas e tática**. Blogueiras Feministas. 14 de dezembro de 2016. Disponível em <<https://blogueirasfeministas.com/2016/12/14/interseccionalidade-na-pratica-descobertas-e-taticas/>>

ANZALDÚA, Gloria. **Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo**. Revista Estudos Feministas. Ano 8. Florianópolis, SC. Janeiro de 2000.

BELLO, L. **Uma primavera sem fim**. 18 de dez. 2015 In: **Think Olga**. Disponível em: <<http://thinkolga.com/2015/12/18/uma-primavera-sem-fim/>> Acesso em: 26 jun. 2016.

BONASSI, Brune Camilo. **Cisnorma: acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2017

BLOGUEIRAS FEMINISTAS. **Página inicial**. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com>>. Acesso em: 22 Mar. 2017.

BLOGUEIRAS FEMINISTAS. **Editorial**. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/editorial/>>. Acesso em: 22 Mar. 2017.

_____. **Sobre o Blog**. Disponível em: < <http://blogueirasfeministas.com/sobre-o-blog/>>. Acesso em: 22 Mar. 2017.

_____. **Como Participar**. Disponível em: < <http://blogueirasfeministas.com/como-participar/>>. Acesso em: 22 Mar. 2017.

BRAH, Avtar. **Diferença, diversidade, diferenciação**. Cad. Pagu. 2006, n.26, pp.329-376.

BUSCATO, Marcela et al.. **A Primavera da Mulheres** In: **Revista Época**. 7 de nov de 2011. Disponível em <<http://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/11/primavera-das-mulheres.html>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. Estudos Avançados, 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf>

_____. **Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero.** Portal Geledés. 2011. Disponível em <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>

CRENSHAW, Kimberlé. **Porque a interseccionalidade não pode esperar.** Blogueiras Feministas. 5 de outubro de 2015. Disponível em <<https://blogueirasfeministas.com/2015/10/05/porque-a-interseccionalidade-nao-pode-esperar/>>

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da internet.** Zahar, 2014.

CERDEIRA, Camila. **Feminismo e Saúde Mental.** Blogueiras Feministas. 14 de março de 2017. Disponível em <<https://blogueirasfeministas.com/2017/03/14/feminismo-e-saude-mental/>>

_____. **Crônicas Nada Diárias de Uma Feminista Interseccional.** Blogueiras Feministas. 12 de dezembro de 2016. Disponível em <<https://blogueirasfeministas.com/2016/12/12/cronicas-nada-diarias-de-uma-feminista-interseccional/>>

CHAVES, Naila. **O falso feminismo interseccional ou o que importa é representar.** Blogueiras Feministas. 23 de julho de 2015. Disponível em <<https://blogueirasfeministas.com/2015/07/23/o-falso-feminismo-interseccional-ou-o-que-importa-e-representar/>>

COSTA, Claudia de Lima. **O sujeito no feminismo: revisitando os debates.** Cadernos Pagu (19) 2002. Campinas (SP).

DAVIS, Angela. **A Transformação do silêncio em linguagem e ação.** Portal Geledés. 28 de março de 2015. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/a-transformacao-do-silencio-em-linguagem-e-acao/>>

DENZIN, Norma. K., LINCOLN, Yvonna. S. e colaboradores. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** 2006. Porto Alegre, Bookman e Artmed.

DE MIGUEL, Ana; BOIX, Montserrat. **Os gêneros da rede: os ciberfeminismos.** In G. Natansohn, **Internet em código feminino.** Teorias e práticas. 2013. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: La Crujía.

DUTRA, Ana Rita. **Mulher negra e feminismos.** Blogueiras Feministas. 9 de abril de 2013. Disponível em <<https://blogueirasfeministas.com/2013/04/09/mulher-negra-e-feminismos/>>

_____. **Violência contra as mulheres jovens.** Portal Geledés. 2 de setembro de 2013. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/violencia-contra-as-mulheres-jovens/>>

FERREIRA, Carolina Branco de Castro. **Feminismos@web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo**. Cadernos Pagu (UNICAMP. Impresso), v. 44, p. 199-228, 2015.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO; SESC. A mulher brasileira nos espaços público e privado – 2010. **Percepção de ser mulher, machismo e feminismo**. São Paulo. FPA/NOP, 2011.

GOLDSMAN, Florencia, OLIVERA, Milagros e PORTNOY, Constanza. **Juntas contra o antifeminismo: uma leitura crítica do evento ELLA**. Blogueiras Feministas. 25 de maio de 2015. Disponível em <<https://blogueirasfeministas.com/2015/05/25/juntas-contra-o-antifeminismo-uma-leitura-critica-do-evento-ella/>>

GOMES, Camilla Magalhães. **Meus pedidos nesse 8 de março**. Blogueiras Feministas. 9 de março de 2015. Disponível em <<https://blogueirasfeministas.com/2015/03/09/meus-pedidos-nesse-8-de-marco/>>

GRIMM, Raíssa Éris. **Interseccionalidade: como faz para não reproduzir mais exclusão para quem já está marginalizada?** Blogueiras Feministas. 8 de novembro de 2016. Disponível em <<https://blogueirasfeministas.com/2016/11/08/interseccionalidade-como-faz-para-nao-reproduzir-mais-exclusao-para-quem-ja-esta-marginalizada/>>

HARDING, Sandra. **A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista**. In: Revista Estudos Feministas, no. 1, jan.-jul de 1993, p. 7-31.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. Cadernos Pagu (5), 1995, p. 07-41.

HIPERDERECHO, Milagros Olivera nos habló sobre feminismo y el potencial de internet. Blog Hiperderecho. 28 de agosto de 2018. Disponível em <<https://hiperderecho.org/2018/08/milagros-olivera-nos-hablo-sobre-feminismo-y-el-potencial-de-internet/>>

HOOKS, bell. **Mulheres negras: moldando a teoria feminista**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015, pp. 193-210. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n16/0103-3352-rbcpol-16-00193.pdf>>

IBGE. **Suplemento de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2014**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/xml/suplemento_pnad.shtm>. Acesso em: 26 jun. 2016.

LATOUR, Bruno. **A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos**. Bauru, SP: Edusc, 2001.

LENS CULTURE, **About Constanza Portnoy**. Disponível em <www.lensculture.com/constanza-portnoy>. Acessado em novembro de 2018.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LUGONES, María. **Rumo a um feminismo descolonial**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, SC. Setembro-dezembro/2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PESQUISA realizada com mulheres de nove países diferentes mostra que as brasileiras são as mais feministas. **Revista Marie Claire**. 12 de fev, 2015. Disponível em: <<http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2015/02/pesquisa-realizada-com-mulheres-de-nove-paises-diferentes-mostra-que-brasileiras-sao-mais-feministas.html>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

PISCITELLI, Adriana. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras**. Sociedade e Cultura, v.11, n.2, jul/dez. 2008. p. 263 a 274.

PTQK, María. **A irmã outsider Audre Lorde**. Blogueiras Feministas. 26 de agosto de 2014. Disponível em < <https://blogueirasfeministas.com/2014/08/26/a-irma-outsider-audre-lorde/>>

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do Poder e Classificação Social**. Epistemologias do Sul / org. Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses. Coimbra, Portugal. Janeiro de 2009

RAGO, Margareth. **Epistemologia Feminista, Gênero e História**. In: PEDRO, Joana Maria e GROSSI, Miriam (Orgs.). Masculino, Feminino, Plural: gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

RODRIGUES, Mariana Borelli. **A psicologia acadêmica e os estudos feministas e de gênero no Recife: interfaces, tensões e possibilidades**. Recife, 2013. 120p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco.

SHIRKY, Clay. **A Cultura da participação – Criatividade e generosidade no mundo conectado**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

SOSTAITA, Barbara. **Uma carta de amor para minha irmã na era Trump**. Blogueiras Feministas. 28 de dezembro de 2016. Disponível em <https://blogueirasfeministas.com/2016/12/28/uma-carta-de-amor-para-minha-irma-na-era-trump/>

VIDAL, Ava. **‘Feminismo Interseccional’. Que diabos é isso? (E porque você deveria se preocupar)**. Blogueiras Feministas. 24 de julho de 2014. Disponível em < <https://blogueirasfeministas.com/2014/07/24/feminismo-interseccional-que-diabos-e-isso-e-porque-voce-deveria-se-preocupar/>>